

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CARLA ADRIELE SANTOS ALVES

**VIVÊNCIA URBANA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO
ENTRE A CRIANÇA E O ESPAÇO PÚBLICO**

LARANJEIRAS/SE
2021

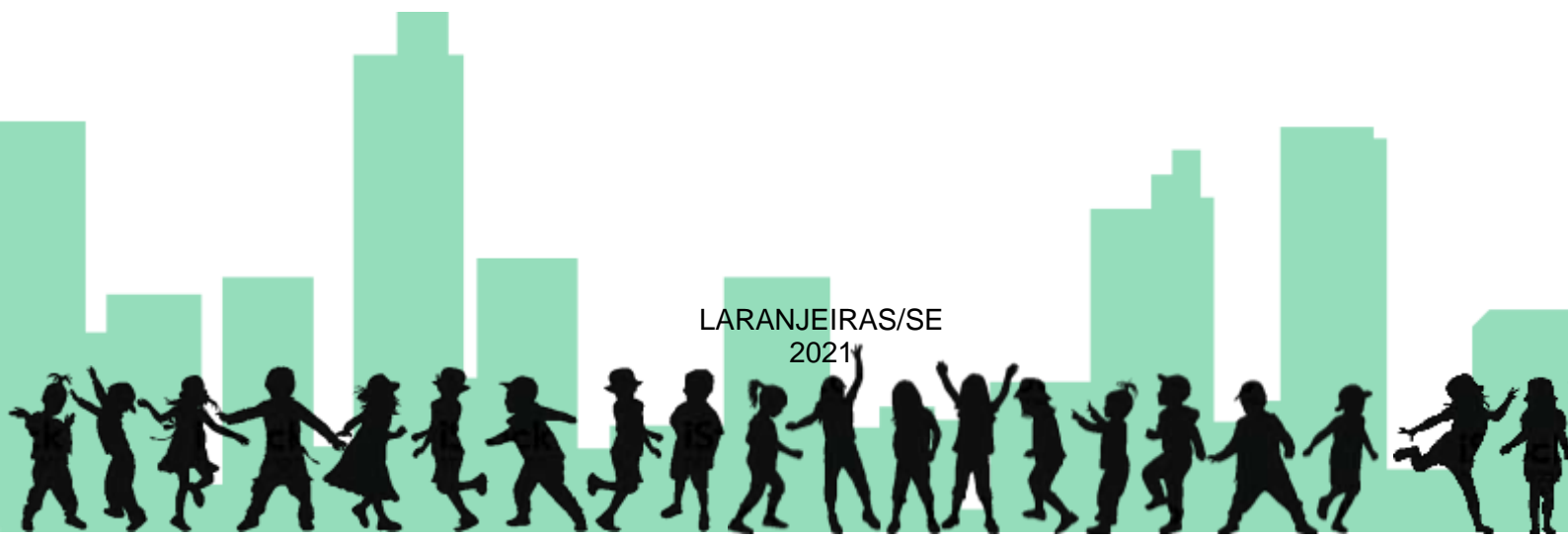


CARLA ADRIELE SANTOS ALVES

**VIVÊNCIA URBANA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO
ENTRE A CRIANÇA E O ESPAÇO PÚBLICO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Sergipe como trabalho final da disciplina de TCC 2 do curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Márcio da Costa Pereira.

LARANJEIRAS/SE
2021



CARLA ADRIELE SANTOS ALVES

**VIVÊNCIA URBANA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO
ENTRE A CRIANÇA E O ESPAÇO PÚBLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso II, apresentado à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. MÁRCIO DA COSTA PEREIRA
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. MARIA CECILIA PEREIRA TAVARES
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Sergipe

Ma. ROBERTHA GEORGYA DE BARROS E SILVA
Avaliador Externo

LARANJEIRAS/SE

2021

Dedico este trabalho aos meus primos, Davi, Theo e Gael e a todas as crianças do mundo, elas que muitas vezes representam um respiro em meio ao caos diário. Que sempre tenham seus direitos garantidos e suas vozes ouvidas.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é só mais uma das conquistas que atribuo ao apoio das pessoas que tenho ao meu redor. Não são muitas, mas são suficientemente importantes para mim e as responsáveis pela pessoa que sou, portanto, preciso agradecer.

Primeiramente, agradeço à minha avó, Josefa, que, apesar das poucas oportunidades que teve na vida, nunca deixa de compreender meus anseios e fazer tudo o que está ao seu alcance para melhorar as minhas chances de alcançar meus objetivos.

Agradeço à minha mãe, Adriana, por sempre tentar fazer o melhor para a minha formação como mulher e profissional, apesar das dificuldades, e por ter me colocado no mundo. Pelo mesmo motivo, agradeço ao meu pai, Carlinhos, que não está mais entre nós, mas que levo no coração.

Aos meus tios, Osvaldo, Adriano e Patrícia que, constantemente, reforçam sua crença em meu potencial e buscam me dar suporte com tudo o que preciso e que eles podem me oferecer.

Às minhas amigas de muitos anos, Victória e Fernanda, minha gratidão por serem muito compreensivas com os meus sumiços e queixas e pelo esforço em me dar ânimos para continuar, espero tê-las comigo por sempre.

Das pessoas que o curso de Arquitetura e Urbanismo me deu, que espero ter para o resto da vida, agradeço aos meus companheiros de trabalhos e amigos, Hendyara e Arthur, que me encorajam a resistir sempre e foram responsáveis pelas melhores risadas nos momentos mais difíceis da graduação. E à Bruna e Luiza, que fizeram e seguem fazendo, com seu humor e amizade, muitos momentos da minha vida serem o mais leve e despreocupantes possível.

Ao meu orientador, Márcio, pelo suporte e paciência em todos os meses de desenvolvimento deste TCC.

Por fim, mas mais importante, agradeço à Deus, principalmente, por ter cruzado o meu caminho com o dessas pessoas maravilhosas e por ser o principal responsável pela força que carrego dentro de mim para realizar conquistas importantes como esta.

“Guie uma criança pelo caminho que ela deve seguir e guie-se por ela de vez em quando.”

(Josh Billings)

RESUMO

Tomando como premissa a importância do uso dos espaços públicos para o desenvolvimento das crianças e, conseqüentemente, da contribuição essencial para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas resultante da participação dessa faixa etária nos espaços, o presente trabalho busca fomentar essa discussão através da observação de alguns fenômenos que atingem a configuração das cidades atuais. O objetivo é analisar o que aparece nos espaços públicos como alternativa para o estreitamento da relação criança-cidade, além de discutir opções para a potencialização e eficiência das alternativas adotadas com esse objetivo. Para tanto, buscou-se, também, tomar como base estudos de caso voltados para o tema, além de fazer análise e proposições para uma área de estudo pré-determinada.

Palavras-chave: espaços públicos; desenvolvimento; infância; criança; urbanismo

ABSTRACT

Taking as premise the importance of using public spaces for the development of children and, consequently, the essential contribution to the development of cities more inclusive resulting from the participation of this age group in the spaces, the present work seeks to foment this discussion through the observation of some phenomena that affects the configuration of cities nowadays. The objective is to analyze what appears in public spaces as an alternative to strengthen the child-city relationship, in addition to discussing options for enhancing and efficiency of the alternatives adopted for this purpose. To this end, we also sought to take as a base case studies focused on the theme, in addition to making analysis and propositions for a predetermined area of study.

Keywords: public spaces; development; childhood; child; urbanism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Produção de brinquedos durante ações. Fonte: Projeto CriaCidade; disponível em: http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/ (2019).	23
Figura 2: Ação musical. Fonte: Projeto CriaCidade; disponível em: http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/ (2019).	23
Figura 3: Mapa afetivo desenhado por uma das crianças participantes do projeto Criança Fala – Escuta Glicério. Fonte: Projeto CriaCidade, “O Glicério por suas crianças”; disponível em: https://issuu.com/portalaprendiz/docs/publica_o-online-glic_rio-por-s (2020).	25
Figura 4: Mapa da afetividade final desenvolvido pelo projeto, parte do resultado das atividades desenvolvidas junto às crianças do bairro Glicério. Fonte: Projeto CriaCidade, “O Glicério por suas crianças”; disponível em: https://issuu.com/portalaprendiz/docs/publica_o-online-glic_rio-por-s (2020).	25
Figura 5: Brinquedo labirinto. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2019).	27
Figura 6: Vitória Régia Inclusiva. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2019).	28
Figura 7: Traves. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	28
Figura 8: Projeto “Ilha” no Largo da Batata, SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	29
Figura 9: Colégio ELEVA Fundamental – RJ. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	29
Figura 10: Slowkids do Parque da Independência – SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	30
Figura 11: Slowkids do Parque da Independência – SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	30
Figura 12: Em 2015, em parceria com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e a Nike, o Erê Lab fez o projeto e instalou, em 2016, 4 espaços de brincar em vilas olímpicas em comunidades da cidade: Cajú, Mato Alto, Encantado e Acará (foto da Cajú). Fonte: ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br	31
Figura 13: Banner de divulgação das ações da última etapa do projeto. Fonte: Grupo do projeto de extensão (2019).	33
Figura 14: Desenvolvimento de atividades da fase "errância" do projeto, promovendo o brincar através de desenhos nas calçadas. Fonte: Autora (2019).	34
Figura 15: Incentivo ao brincar e à autonomia da criança utilizando os espaços já existentes na cidade. Fonte: Autora (2019).	34
Figura 16: Incentivo ao brincar e à autonomia da criança utilizando os espaços já existentes na cidade. Fonte: Autora (2019).	35
Figura 17: Localização do município de Aracaju dentro do estado de Sergipe. Fonte: Autora (2019).	38
Figura 18: Limites de Aracaju e localização do bairro Porto D'antas no mapa. Fonte: Autora (2019).	39

Figura 19: Imagem de Satélite do Bairro Porto D'antas. Localização da Orla do Porto D'antas e do Conjunto Residencial José Eduardo Dutra. Fonte: Google Earth (modificada pela autora) (2020).	40
Figura 20: Mapa com indicação de equipamentos de interesse para as crianças no bairro Porto D'antas. Escola: 1. Centro de Exc. Profª Maria das Graças Azevedo Melo; 2. EMEI Profª Etelvina Amália De Siqueira; 3. Centro Educacional Thomas Edson; 4. Instituto Menino Jesus; 5. Escola estadual Rodrigues Dórea; 6. UQP - Fundar Porto D'antas; 7. EMEI Berenice Campos; 8. Escola Reunida 8 De Maio; 9. Escola Sonho Mágico; 10. EMEI Pierre Averan. Unidade básica de saúde: 11. UBS Eunice Barbosa; 12. UBS do Porto Dantas. Espaço de Lazer: 13. Orla do Porto D'antas; 14. Parque da Cidade. Fonte: Autora (2020).	42
Figura 21: Raios de distância média dos equipamentos existentes, tomando como referência os pontos mais próximos dentro Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).	42
Figura 22: Orla do Porto D'antas vista de cima. Fonte: TripAdvisor Brasil; disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303638-d13970897-Reviews-Orla_do_Porto_Dantas-Aracaju_State_of_Sergipe.html (2019).	43
Figura 23: Indicação do programa de necessidades da orla: 1. quadras poliesportivas; 2. quadras de vôlei de praia; 3. quadra de basquete de rua; 4. parques infantis; 5. campo de futebol; 6. pista e rampa de skate; 7. quiosques; 8. bicicletários; 9. estacionamentos. Fonte: Google Earth (modificada pela autora) (2020).	44
Figura 24: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).	46
Figura 25: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).	47
Figura 26: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).	47
Figura 27: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2020).	47
Figura 28: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2020).	48
Figura 29: Foto do trecho onde ocorre a mudança de posição entre a calçada e a ciclovia. Fonte: Autora (2020).	49
Figura 30: Orla movimentada mais a noite devida à falta de arborização para amenizar a ação do sol durante o dia. Fonte: Fonte: TripAdvisor Brasil; disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303638-d13970897-Reviews-Orla_do_Porto_Dantas-Aracaju_State_of_Sergipe.html (2020).	50
Figura 31: Foto de espaço da orla durante a noite. Fonte: Marco Vieira/PMA; disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/av-euclides-figueiredo-e-duplicada-e-ganha-calcadao/ (2020).	50
Figura 32: Mobiliários de academia e brinquedos em uma das praças ao longo da orla, sem cobertura e já danificados. Fonte: Autora (2019).	51
Figura 33: Mobiliários infantis em outra praça da orla. Fonte: Autora (2019).	52
Figura 34: Pergolado instalado em um dos caminhos da orla. Fonte: Autora (2020).	52
Figura 35: Representação do projeto atual da Orla do Porto Dantas, trecho completo. Fonte: Autora (2020).	53
Figura 36: Trecho da via adjacente à Orla. Fonte: Autora (2020).	56
Figura 37: Gráfico de óbitos por acidentes (2001). Total de óbitos: 6190. Fonte: Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/ (2020)...	57

Figura 38: Gráfico de óbitos por acidentes (2018). Total de óbitos: 3318. Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/ (2020).	57
Figura 39: Gráfico de óbitos por acidentes de trânsito (2015). Total de óbitos: 1389. Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/ (2020)...	58
Figura 40: Exemplo de urbanismo tático em travessia de via em Rialto, Itália. Fonte: Tactile Urbanism; disponível em: https://www.todeschini.com.br/blog/urbanismo-tatico-ja-ouviu-falar/ (2020).	61
Figura 41: Crianças praticam esporte na Avenida Paulista, fechada para carros nos fins de semana. Fonte: Rede Esporte Pela Mudança Social; disponível em: https://www.esportividade.com.br/com-atividades-gratuitas-paulista-ganha-mais-esporte-e-diversao-no-domingo-7/ (2020).	62
Figura 42: Possível percurso alternativo para fechar a Avenida Euclides Figueiredo no trecho da Orla do Porto D'antas aos domingos. Fonte: Google Maps; modificada pela autora (2021).	63
Figura 43: Diretrizes para execução de rampas de acesso em calçadas. Fonte: ABNT/NBR 9050; disponível em: https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=461490 (2020).	66
Figura 44: Acessos irregulares na Avenida Euclides Figueiredo. Fonte: Autora (2020).	66
Figura 45: Relação calçada/ciclovía/canteiro. Fonte: Autora (2019).	67
Figura 46: Dimensionamento de ciclovía segurando diretrizes do DNIT. Fonte: Cadernos de Desenhos de Ciclovias (2010, p. 55); disponível em: https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/01/24%20-%20BRASIL_Caderno%20de%20Desenho_Ciclovias.pdf (2020).	69
Figura 47: Condições dos espaços destinados às crianças na Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).	72
Figura 48: "Mangue", brinquedo inspirado nas raízes da vegetação dos manguezais, estimula o desenvolvimento motor fino e bruto pois propõe movimentos de escalada, equilíbrio e força muscular aliados à necessidade de coordenação, precisão e planejamento das ações. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	74
Figura 49: "Horizonte", brinquedo desenhado a partir da ideia de skyline que promove a aventura dentro de um mundo lúdico feito de tubos e conexões com diversas possibilidades de montagem, para crianças desde a primeira infância. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	74
Figura 50: "Escalada m", brinquedo que promove a coordenação motora, as noções de espaço e a força física, permite à criança escalar, tomar decisões, assumir riscos e, assim, conhecer seus limites. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	75
Figura 51: "Pedras de borracha", simula um conjunto de pedras naturais, feitas de borracha de pneu reciclado, convidando a um jogo de equilíbrio, que desenvolve a autoconfiança, para crianças a partir de 2 anos. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	75
Figura 52: "Escalada pirâmide 1", permite a crianças de todas as faixas etárias exercitar o equilíbrio e fortalecer braços e pernas. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	75

Figura 53: "Túnel triângulo", brinquedo inspirado em formas geométricas, estimula a socialização das crianças ao atravessá-lo, para crianças de todas as faixas. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	76
Figura 54: "Cubo com elásticos", para a criança exercitar o cognitivo através da análise das possibilidades de atravessar os espaços passando entre os elásticos. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	76
Figura 55: "Casa palafita", brinquedo que busca traduzir o sonho da casa na árvore trazendo referências da arquitetura brasileira, como as casas palafitas, comuns no Norte do Brasil, e elementos da arquitetura modernista como pilotis, cobogós e brises, instigando o explorar da criança e a possibilidade de considerar um abrigo seguro. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	76
Figura 56: "Parede do mar", parede com brinquedos interativos inspirados em elementos aquáticos que instigam o imaginário das crianças desde a primeira infância. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	77
Figura 57: "Tan-tan", conjunto composto por cinco tambores em diferentes alturas, permitindo que crianças de diversas idades possam tocar juntas, interagindo com o ritmo e criando melodias. Promove, assim, a musicalização infantil que estimula o desenvolvimento da coordenação motora, da capacidade de memorização, disciplina e autoestima. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	77
Figura 58: "Ábaco", indicado para todas as idades, na primeira infância incentiva a descoberta e estimula à coordenação motora fina e em outras faixas etárias serve para introduzir princípios matemáticos auxiliando no aprendizado escolar. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: http://erelab.com.br (2020).	78
Figura 59: Bebedouro projetado para atingir o público de forma ampla. Fonte: Complexidade Dinâmica; disponível: https://complexidadedynamica.wordpress.com/2015/10/25/design-urbano-para-o-bem-comum-bebedouro-publico/ (2020).	81
Figura 60: Cobertura em metal em parque dentro dos bairros Great Park em Irvine, Califórnia. Fonte: RSM design; disponível em: https://rsmdesign.com/work/the-pools-irvine-ca (2020).	84
Figura 61: Projeto da Orla com alterações propostas: ampliação do número e localização das faixas de pedestre; ampliação e locação adequada da ciclovia; ampliação da calçada e destaque na cor; arborização dos espaços da orla. Fonte: Autora (2020).	87
Figura 62: Simulação visual de adequações em aspectos de mobilidade na Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).	88
Figura 63: Simulação visual de proposições em um dos espaços infantis (1), voltado para as brincadeiras que envolvem o desenvolvimento motor. Fonte: Autora (2020).	89
Figura 64: Simulação visual de proposições em um dos espaços infantis (2), voltado para as brincadeiras que envolvem o desenvolvimento cognitivo. Fonte: Autora (2020).	90
Figura 65: Simulação visual das proposições em um dos espaços da Orla (3) voltadas para o estímulo à permanência, tanto das crianças quanto de seus responsáveis. Fonte: Autora (2020).	91
Figura 66: Simulação das proposições físicas voltadas para a promoção atividades culturais (4). Fonte: Autora (2020).	92
Figura 67: Simulação da área de integração e contemplação do mangue (5). Fonte: Autora (2020).	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.1. A CIDADE	11
1.2. ESVAZIAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	12
2. INFÂNCIA E CIDADE	15
2.1. CLASSIFICAÇÃO: CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA	15
2.2. CRIANÇA NO BRASIL: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	16
2.3. A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO CIDADÃO	18
3. ESTUDOS DE CASO	23
3.1. CRIANÇA FALA NA COMUNIDADE – ESCUTA GLICÉRIO	22
3.2. ERÊ LAB	26
3.3. MEU PÉ DE CALÇADA LIMA	31
4. ÁREA DE ESTUDO	36
4.1. ARACAJU, SERGIPE	38
4.2. BAIRRO PORTO D'ANTAS	39
4.3. A NOVA ORLA DO PORTO DANTAS	41
5. DEFICIÊNCIAS E PROPOSIÇÕES	54
5.1. MOBILIDADE	55
5.2. ESPAÇOS DE BRINCAR	70
5.3. PERTENCIMENTO	80
5.4. ESPAÇOS CULTURAIS	82
5.5. SÍNTESE DAS PROPOSIÇÕES	84
5.6. APLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão tem como foco a inclusão e o incentivo à autonomia das crianças nos espaços públicos, em detrimento dos processos de confinamento da infância e esvaziamento urbano, como forma de estímulo ao desenvolvimento cidadão e consequente transformação da cidade sob a perspectiva da criança.

Quando se trata do cenário urbano atual, resultado das mudanças sociais e econômicas ocorridas no último meio século, o que se observa é uma redução significativa no uso dos espaços públicos pela população, em contrapartida, o crescimento do adensamento populacional e de veículos sofridos nos grandes centros é constante. Nesse momento, a rua, que até meados do século XX era lugar de socialização e lazer, tornou-se exclusivamente via de circulação e, por consequência, considerada muito perigosa, sobretudo para as crianças. A partir disso, surge a necessidade da criação de espaços exclusivos para lazer infantil. Com o passar do tempo, o que se percebe é que os espaços pensados para as crianças se limitam, na maioria dos casos, a pequenos espaços compostos por equipamentos com usos determinados situados nas praças de alguns bairros, que, muitas vezes, são criados e depois abandonados pelo poder público, tornando-se rapidamente inutilizados pela degradação e falta de atrativos, ou, o que tem sido ainda mais comum, playgrounds dentro dos condomínios fechados, o que contribui ainda mais para o isolamento das crianças com relação à cidade.

É sabido que a criança necessita transitar e garantir certa autonomia dentro dos ambientes onde está inserida para se desenvolver plenamente, tanto em suas capacidades físicas, quanto psicológicas e sociais, considerando esse um fator essencial para o desenvolvimento da criança cidadã. No entanto, o que se percebe atualmente são gerações de crianças que estão destinadas ao confinamento em espaços muito limitados, assim como dentro de seus apartamentos e casas, e quando fora de casa, em cadeirinhas de carros e carrinhos de bebê, a maior parte do dia. São essas crianças as chamadas *containerized kids* (“crianças enlatadas”, em tradução livre), segundo definição da professora da Universidade de Maryland e especialista em desenvolvimento motor, Jane Clark, que foca em como esse fator é prejudicial à saúde física das crianças:

Esta geração de pais é mais provável de estar sobrecarregada, viajando 90 milhas para o trabalho, e quando estão com os filhos, ficam tão sem tempo e distraídos que provavelmente irão colocá-los em carrinhos de bebê. (...) Crianças que passam muito tempo em creches nem sempre fazem atividade física suficiente. Às vezes não há área para atividade física, o que torna difícil fazer o tipo de exercício que fazíamos quando éramos crianças e apenas saíamos para brincar¹. (Jane Clark - *The stroller habit*, 2003)

¹ Tradução livre da autora

A justificativa para manter as crianças nesses espaços fechados ou limitados por grades é a percepção da falta de segurança que as cidades transmitem, também para os adultos, já que estas não são pensadas de maneira a permitir que as crianças possam se locomover ou permanecer plenamente nos espaços públicos. Inclusive, quando se fala em acessibilidade, não é muito comum levar em consideração a perspectiva da infância, como se faz com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência e, também longe de ser ideal, com os idosos. Além disso, a escassa oferta de serviços públicos adequados que auxiliem no seu desenvolvimento e na sua relação com a cidade, potencializa essa condição de enclausuramento da infância.

O ponto motivador do trabalho é a necessidade de ampliar a abordagem urbana sob a perspectiva da infância e de suas necessidades, considerando, segundo o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que inclui nessa fase os indivíduos com até 12 anos incompletos, e a importância dos espaços públicos como fator influenciador de seu desenvolvimento. Assumindo, também, que a adequação do ambiente urbano para possibilitar sua utilização por todos os indivíduos, principalmente pelas crianças, tem como principais desafios o adensamento de veículos motorizados, a segregação dos espaços, o esvaziamento dos espaços públicos e o aumento dos índices de violência. Importante ressaltar que o enfrentamento desses desafios, quando se faz possível, auxilia na minimização dessas problemáticas no cotidiano das cidades, como aborda a arquiteta Cláudia Oliveira em “O ambiente urbano e a formação da criança” (2002).

É de grande relevância esse tipo de abordagem para o contexto atual, pois nota-se uma preocupação ascendente no meio acadêmico em buscar condições e soluções para reverter tais problemas, de maneira a criar elementos de inclusão que facilitem o acesso à cidade por toda a população, preocupação essa observada em conceitos como o Desenho Universal. Quando se trata especificamente da infância, é possível encontrar estudos de caso que buscam não apenas possibilitar a criança no espaço urbano, mas, também, levar em consideração sua relevância como cidadão ativo, capaz de contribuir positivamente para essa construção. Podemos citar como exemplo o projeto “Criança Fala”, que tem como filosofia “Olhar a cidade pelos olhos das crianças e, então, transformá-la.”.

Em suma, através desse estudo, buscar-se-á contribuir para amenizar a segregação da infância dos espaços da cidade, argumentando sobre como isso pode ser prejudicial para a formação da criança cidadã e, conseqüentemente, para os ambientes urbanos, ao passo que procurará soluções para serem aplicadas no dia a dia das cidades que auxiliem em uma reversão do cenário apontado. Sendo assim, apresenta relevância, tanto teórica, quanto prática, para resolução das problemáticas decorrentes do rápido crescimento das cidades.

O objetivo geral do trabalho proposto é analisar o projeto da Orla do Porto D'antas em Aracaju/SE sob a ótica das necessidades da criança, considerando a importância da relação do indivíduo com a cidade para seu desenvolvimento enquanto cidadão ativo, e com isso indicar diretrizes que auxiliem no estreitamento dessas relações, considerando áreas de análise específicas.

Dentre os objetivos específicos, estão:

- a) Compreender a importância da vivência na cidade para o desenvolvimento da autonomia da criança, suas capacidades motoras, psicológicas, sociais e cidadãs;
- b) Analisar a utilização dos espaços públicos pela criança em área de estudo, localizada na porção periférica do município de Aracaju, Sergipe, mais especificamente no bairro Porto D'antas;
- c) Sugerir diretrizes de intervenção, que levem em conta as especificidades da área de estudo, voltadas para a inserção da criança nos espaços públicos, considerando-a como cidadã ativa, dotada de opinião e necessidades que devem ser levadas em conta.

Em um primeiro momento, a metodologia adotada consiste em realizar uma análise do contexto urbano das cidades atuais, com o foco na observação da criança nesse contexto, através de revisão bibliográfica em livros, artigos e outras fontes. Propõe-se também o levantamento e observação de estudos de caso e soluções práticas utilizadas para resolução das problemáticas abordadas, onde o objetivo principal é a inclusão da criança no contexto urbano, considerando sua necessidade de desenvolver autonomia nos espaços que utilizam no dia-a-dia.

Além disso, propõe-se a realização de levantamento e estudo de instrumentos de planejamento urbano, como planos diretores e normas técnicas, com o objetivo de identificar se ou como a infância é abrangida, o que auxiliará na produção de propostas a serem sugeridas na área de estudo. Para tanto, pretende-se, também, uma análise teórica e prática do contexto urbano das áreas selecionadas justificando a escolha.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO



1.1. A CIDADE

A formação das cidades tais como conhecemos, como uma organização social e política resultante das ações humanas no espaço-geográfico, é comumente conhecida como uma decorrência, dentre outros fatores, da criação da escrita em meio à necessidade de registro da produção e detenção das posses das organizações humanas, os excedentes. Raquel Rolnik em seu livro, *O que é Cidade* (1988, p. 16) define: “a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato”. A partir disso, a autora discorre sobre a cidade que funciona como uma espécie de “imã” que atrai o homem causando uma espécie de sedentarização, que, por sua vez, precede os aspectos que caracterizam a cidade como um todo: “a organização política, a normatização e a regulação interna”, afirma.

Através de suas análises é possível, então, destacar o caráter coletivo que caracteriza a organização dos espaços da cidade, assunto abordado por muitos outros autores. Rolnik apresenta como um dos principais resultados da vida coletiva os sistemas de controle criados para regulação socioespacial, trazendo como exemplo específico os sistemas de controle de fluxo, como semáforos e faixas de pedestre, exemplos bastante pertinentes à problemática abordada no presente trabalho.

A abordagem sobre como os lugares ocupados, desde as primeiras cidades, mantêm uma relação intrínseca com a divisão de trabalho é essencial para entender como funcionam as cidades atualmente, ainda que dentro de suas especificidades. Segundo Corrêa (1995, p.48) “a rede urbana se constitui simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho”, que, conseqüentemente, reflete na característica de hierarquização presente nas organizações. O coletivo existe e é necessário, de maneira que todas as pessoas possuem função definida dentro da divisão do trabalho, porém, dentro de uma rede onde algumas funções são consideradas mais importantes que outras e isso reflete na disposição socioespacial que caracteriza o âmbito urbano de cada cidade. E assim, dentro das cidades, “cada um exerce sua participação política, ainda que seja através da submissão” (ROLNIK, 1988).

É um reflexo à medida que em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos. [...] A rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. (CORRÊA, 1995, p.48-49)

A dinâmica das cidades contemporâneas é, então, considerada resultado principal da ênfase na atividade mercantil e na divisão do trabalho. “A cidade do Capital”, como define Rolnik (1988), é caracterizada pela segregação socioespacial, alimentada pelo poder público, e pelo crescente consumo de bens, que também influencia na maneira como os espaços das cidades estão sendo construídos. As cidades crescem e se tornam mais evidentes os contrastes nas formações de bairros periféricos, para onde vão as classes menos favorecidas economicamente, e centrais, onde se concentram os investimentos em infraestrutura, tendo em comum as prioridades pautadas em um desenvolvimento urbano baseado no consumo de bens de valor, em detrimento das relações entre as pessoas e os espaços públicos.

O planejamento urbano é utilizado como forma de se produzir cidades onde a dinâmica econômica seja facilitada, como afirma Rolnik (1988):

(...) a lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço. (p.58)

E com o passar do tempo a imagem dos espaços públicos da cidade limitada apenas a meio de passagem e a áreas de consumo se reforça, ao passo que estes mesmos espaços vão sendo adaptados e construídos para comportar o crescente número de veículos motorizados individuais, símbolos de um progresso almejado e imediato caracterizado pela pressa na produção de dinheiro e no uso dele.

1.2. ESVAZIAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Através do conceito de “supermodernidade”, o teórico da antropologia Marc Augé buscou tratar sobre a apropriação das cidades contemporâneas pelas pessoas e do consequente processo de esvaziamento dos espaços públicos. Para Augé (1997, p. 168) a expansão e o incentivo do pensamento consumista refletiram na divisão simbólica e espacial da cidade, o “lugar” e o “não-lugar”, tendo como base o produto das relações sociais agregados ao espaço geográfico. O autor atribui a criação e expansão dos “não lugares” no ambiente urbano a essa visão da cidade como meio de produção e consumo.

Por lugar e não-lugar designamos, é bom lembrar, ao mesmo tempo, espaços reais e a relação que seus utilizadores mantêm com estes espaços. O lugar será definido com identitário (no momento que um certo número de indivíduos podem se reconhecer nele e definir-se através dele), relacional (no sentido que um certo número de indivíduos, os mesmos, podem ver aí a relação que os une uns aos outros) e histórico (no sentido que os ocupantes do lugar podem encontrar nele os rastros diversos de uma implantação antiga, o sinal de uma filiação) [...] Um espaço onde nem a identidade, nem a relação e nem a história sejam simbolizados será percebido como não-lugar, mas essa definição pode ser aplicada a um espaço empírico preciso, ou à representação do que lá se encontram fazem desse espaço. O que é um lugar

para uns é um não lugar para outros e assim inversamente. (AUGÉ, 1997, p. 169)

E ainda,

Aceleração da história e encolhimento do espaço dentro dos processos sociais; multiplicação dos espaços de circulação, os quais se coexistem sem estar junto, onde os agentes sociais se reduzem ao rótulo de meros consumidores dentro da lógica social (AUGÉ, 1997, p. 170)

são as características que o autor define para explicar a configuração “supermodernidade”, que caracteriza a cidade contemporânea.

Outro teórico que fala sobre o esvaziamento dos espaços públicos é Zygmunt Bauman (2001), ele traz a perspectiva desse processo a partir da análise da sociedade de consumo “onde presenciamos a transição do hábito de ocupar espaços públicos como forma de interação social, para a redução do sujeito a categoria de mero consumidor, perdendo sua civilidade”. Bauman também define o não-lugar como o espaço que não possui identidade, relações e história, os quais não apresentam nenhuma relação de pertencimento advinda da sociedade como um todo, “são espaços públicos, mas não civis, onde própria a civilidade é praticada como o desejo de permanecer sozinho sem ser incomodado”, como acontece no uso do automóvel individual.

Zygmunt distingue esses espaços esvaziados em duas categorias: na primeira categoria estão as praças, parques e áreas onde a permanência é evitada e desencorajada, um exemplo seriam “praças sem bancos, cercadas por grandes prédios e vivenciadas apenas pela intensa circulação de pessoas”; e a segunda categoria engloba os espaços destinados a transformar o cidadão em consumidor, chamados de “templos do consumo, onde o que importa é a ação (comprar e consumir) e não a interação”.

Os não lugares não requerem domínio da sofisticada arte da civilidade, uma vez que reduzem o comportamento em público a preceitos simples e fáceis de aprender. Por causa dessa simplificação, também não são escolas de civilidade. E, como hoje “ocupam tanto espaço”, (...) as ocasiões de aprendizado são cada vez mais escassas e ocorrem em intervalos cada vez maiores (BAUMAN, 2001, p.131)

2. INFÂNCIA E CIDADE



Foto do projeto Meu Pé de Calçada Lima. Fonte: Autora (2019).

2.1. CLASSIFICAÇÃO: CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

A Convenção sobre os Direitos da Criança, criada e adotada há três décadas como resultado de um compromisso histórico entre líderes mundiais, é um acordo internacional sobre a infância e tornou-se o tratado acerca dos direitos humanos mais aceito da história, por 196 países – o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990. Desde então, o acordo tem auxiliado na transformação da vida das crianças e dos adolescentes em todo o mundo.

Segundo dados encontrados no site do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Brasil, desde 1990 houve redução de mais de 50% nas mortes de crianças menores de 5 anos e a proporção de crianças subnutridas caiu quase pela metade, em contrapartida ao ainda absurdo número de crianças e adolescentes fora da escola, cerca de 262 milhões.

Com um texto composto por 54 artigos, a Convenção está fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos pactos internacionais de direitos humanos, que definem que todas as pessoas possuem todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem distinção de qualquer espécie, mas, principalmente, proclamam que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Segundo o documento, considera-se, em comum acordo entre os países que o adotam, como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes, além de estabelecer que o objeto deve ter sua aplicação assegurada pelos Estados Partes à todas as crianças, sem nenhum tipo de discriminação e protegendo-as dessa prática.

De maneira geral, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece como dever dos Estados Parte garantir a sobrevivência e o pleno desenvolvimento das crianças assegurando-lhes, dentre muitos fatores, assistência e realização direitos e deveres às famílias, proteção, medidas administrativas, legislativas e de outra natureza necessárias para a implementação dos direitos, o direito de expressar-se livremente, acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes, cuidados especiais a criança com deficiência física, acesso à educação e proteção contra todas as formas de exploração e abuso. Considerando que todas as ações relativas à criança devem levar em conta primordialmente o melhor interesse da criança.

Quando se observa sob o ponto de vista da autonomia e a da formação cidadã da criança, destacam-se os artigos 12 e 31 do texto, de que tratam de como os Estados Partes devem assegurar à criança o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela e seu direito ao brincar, respectivamente.

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

Os Estados Partes devem respeitar e promover o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e devem estimular a oferta de oportunidades adequadas de atividades culturais, artísticas, recreativa e de lazer, em condições de igualdade. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1990, Art. 31º)

Ainda no texto da Convenção, estabelece-se que nenhuma determinação desta deve sobrepor-se a dispositivos que sejam mais convenientes para a realização dos direitos da criança, podendo se tratar da legislação de um Estado Parte ou das normas de legislações internacionais vigentes para esse Estado.

2.2. CRIANÇA NO BRASIL: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No Brasil, as crianças e os adolescentes possuem seus direitos assegurados por uma legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, Art. 3º).

No caso do Brasil, o instrumento normativo vigente voltado para os direitos da criança é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, que, assim como os instrumentos de outros países, surgiu a partir das diretrizes anteriormente adotadas na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, abrindo caminho para a implementação do Artigo 227 da Constituição Federal.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.132).

O ECA é visto como o maior avanço brasileiro no tratamento da infância e da adolescência, reafirmando a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o seu pleno desenvolvimento, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência, prevê a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Governo e sociedade civil trabalham em conjunto por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e do adolescente,

que fazem o controle das políticas públicas. O estatuto é mantido atualizado e aprimorado ao longo de sua existência.

O documento apresenta-se como “Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, com o objetivo de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, estabelecendo como crianças os indivíduos com até 12 anos incompletos e como adolescente àqueles com 12 a 18 anos de idade, sendo a lei aplicável às pessoas entre 18 e 20, em casos excepcionais.

Dentre os direitos essenciais para o desenvolvimento das crianças e, ao mesmo tempo, pertinentes à problemática abordada, que estão assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, encontram-se os Direito à Vida e à Saúde, Direito à Liberdade e Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Para assegurar o acesso de todas as crianças e adolescentes, sem nenhum tipo de discriminação, à esses direitos, o estatuto estabelece como dever da família, da sociedade em geral e do poder público a efetivação e fiscalização das diretrizes específicas.

As diretrizes tratam do direito ao acesso, prioritário, aos serviços públicos ou de relevância pública, como de infraestrutura efetiva para a proteção integral e para atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde dessa faixa etária, de acesso à educação, a lei estabelece, por exemplo, que toda criança deve ter acesso à escola pública e gratuita próxima à sua moradia e que crianças de 0 a 5 anos devem ter atendimentos em creche e pré-escola assegurados. Além disso, estabelece que os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. No que diz respeito ao direito à liberdade, a criança deve tê-lo assegurado como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p. 21).

2.3.A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO CIDADÃO

Quando se pensa na relação entre a criança e o espaço público na cidade contemporânea, o que vem à mente, de maneira geral, são as questões como índices preocupantes de violência urbana, fluxo absurdo e constantemente crescente de automóveis nas vias públicas, falta de equipamentos públicos e da qualidade de mobiliários dentro das cidades. Sendo assim, os efeitos do esvaziamento urbano, discutido por vários teóricos de áreas diversas, se apresentam desfavoráveis à formação sociocultural humana, o que afeta, principalmente as crianças, que estão em fase de desenvolvimento.

O que salta aos olhos, considerando esses pressupostos, é que as crianças acabam por perder parte da sua liberdade de movimento dentro desses espaços, e, conseqüentemente, têm a possibilidade de desenvolver suas formas particulares de perceber a cidade limitadas (DIAS e FERREIRA, 2015). O distanciamento da criança do espaço da rua enfraquece sua própria percepção do espaço aberto e das relações que ali se desenvolvem, ao passo que também dificulta a construção do senso de cidadania e de vizinhança, prejudica o desenvolvimento de mapas mentais, geográficos e afetivos, e ainda promove o confinamento físico e a sedentarização das mesmas.

Esse confinamento pode ser observado frequentemente no panorama cotidiano, onde os pais, diante da necessidade de se ausentarem para exercer suas funções em seus empregos, muitas vezes não têm opção a não ser deixar suas crianças em creches. No entanto, além do direito ao serviço público e gratuito de creche só ser assegurado até os 5 anos de idade, como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, na grande maioria das vezes esses espaços não são apropriados para oferecer às crianças as experiências que espaços públicos adequados podem oferecer.

As creches e escolas que conseguem possibilitar o mínimo de interação, vivência e aprendizado sobre a cidade, em período integral, só são acessíveis às crianças de classes com maior poder aquisitivo. Sendo assim, para as classes menos favorecidas economicamente, quando as opções de creche e escola em período integral não estão ao alcance, seja por falta de recursos financeiros, seja por não existirem equipamentos a uma distância favorável de suas residências ou trabalhos, a opção é que as crianças fiquem em casa. Nesse último caso, principalmente, é onde as crianças mais costumam ficar sem acesso aos equipamentos da cidade.

Mesmo com acompanhante, muitas vezes, opta-se por manter a criança distraída diante de celulares ou televisores, em detrimento de possibilitar o acesso aos equipamentos de lazer que os espaços públicos devem oferecer. Além de esses equipamentos serem, quase

sempre, insuficientes e precários, a falta de segurança de que tanto queixam-se os pais com relação às ruas, acaba afetando, principalmente, ao público infantil que acaba por passar a grande parte ou todo o seu dia longe dos espaços públicos das cidades. Além disso, por consequência da carência de espaços públicos que complementem o dia de crianças e adolescentes no contra turno escolar, muitas ainda se encontram em situação de vulnerabilidade.

A sensação de insegurança com relação aos crescentes índices de violência que assolam as cidades, que afetam todas as faixas etárias, soma-se aos perigos com relação ao acesso e à mobilidade observados nas calçadas, ruas e equipamentos públicos, consequências do processo de esvaziamento urbano, falta de manutenção e do aumento constante do fluxo de carros. Neste sentido, as crianças são impossibilitadas de desenvolver sua autonomia na cidade, uma vez que são muito mais vulneráveis que os adultos, já que ainda estão desenvolvendo suas capacidades motoras e psicológicas.

Diante disso, a infância é vista pela grande parte da população como uma fase onde o indivíduo está alheio à cidade, uma parte que ainda não a integra, ao invés de considerar-se que esses indivíduos serão, na verdade, os próximos adultos e que podem contribuir positivamente com o funcionamento das cidades. Cria-se, então, um ciclo onde as crianças não são incluídas nas decisões sobre o ambiente urbano, por serem considerados seres ainda incapazes de terem suas próprias opiniões críticas e de ajudarem nas mudanças a serem feitas e assim, não sendo ouvidas, pouco se pensa sobre suas reais necessidades e sobre como podem contribuir para os espaços públicos sejam receptivos e atrativos à sua faixa etária.

Tem sido crescente a preocupação em reaproximar criança e espaço público, e por esse motivo muitos autores tratam de como o espaço público é um contexto fundamental de desenvolvimento e aprendizado da criança (KYTTÄ, 1997; NETO e MALHO, 2013). Ressalta-se que as relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente no qual interagem são de extrema importância para a estruturação do modo como estas se relacionam com o mundo, com outras pessoas e consigo mesmas (MANHÃES, 2015), e isto se aplica não somente aos adultos, mas às crianças também. O desenvolvimento do indivíduo depende fortemente do meio onde ele está inserido, e isso engloba seu acesso à cidade e seus equipamentos.

As necessidades da criança são constantemente apontadas como muito além de um lugar limitado para passar as horas do dia durante o expediente de seus pais. Para seu pleno desenvolvimento, faz-se necessário, também que dentro e fora desses espaços elas possam ter autonomia e estímulos ao desenvolvimento de sua formação cidadã, que possibilita seu posicionamento como ator social ativo e crítico dentro do contexto da cidade. A expulsão das

crianças do ambiente urbano pode ser responsável por contribuir para o abandono dos espaços públicos e da vida pública.

Gabriela Bastos de Oliveira (2013) trata de maneira mais profunda sobre como o que é oferecido na cidade influencia no desenvolvimento das crianças, para além das questões do seu desenvolvimento motor e psicológico:

A partir destas verificações, entende-se que ao unir a Arquitetura às atividades socioeducativas e de convivência, pode-se contribuir no processo de transformar crianças e adolescentes em cidadãos íntegros, afastando-os da marginalidade, por meio da concepção de espaços que contribuam para o crescimento e desenvolvimento pessoal ao despertar suas potencialidades para arte, cultura, esporte, lazer e educação (OLIVEIRA, 2013).

A exemplo de como a relação entre o desenvolvimento da criança e a cidade já é discutida a bastante tempo, na Antiguidade as crianças também eram educadas através da locomoção a pé na cidade. Como afirma Paulo Ghiraldelli Jr., (2008), fazia parte do dia a dia da criança percorrer os espaços públicos acompanhadas dos chamados “paidagogos”, que tinham a função de caminhar ao seu lado da casa até a escola, e vice-versa. Acreditava-se que esses trajetos contribuíam positivamente ao conhecimento e a troca de experiência. Além de auxiliar na construção do pensamento crítico sobre a cidade, o espaço público era também entendido como espaço de formação da democracia e constituição da ágora.

Cláudia Oliveira (2002) afirma que os indivíduos na fase da infância necessitam ser educados para o exercício da cidadania. Isso significa que as crianças devem ter o direito de brincar umas com as outras nos espaços públicos e conhecê-los através do contato direto com sua natureza, serviços e equipamentos culturais, de prática de esportes e de lazer. Dessa maneira, acredita-se que a criança desenvolve sua capacidade criativa, troca experiências, cria consciência ambiental e sente-se livre e segura para questionar o ambiente urbano, garantindo-se assim uma grande contribuição social vinda da infância e que pode ajudar a transformar as cidades para todas as pessoas. Como complementa Jane Jacobs:

As formas de apropriação do espaço público pela criança podem indicar caminhos que revelem potencialidades, como a capacidade de melhor aproveitamento da infraestrutura pública e a própria diversificação da rua, uma vez que quanto mais habitada heterogeneamente uma rua, mais segura ela será (JACOBS, 2000).

3. ESTUDOS DE CASO



Os estudos de caso apresentados nesse trabalho são exemplos práticos que buscaram desenvolver e aplicar alternativas que promovem a inserção da criança na cidade, tendo como ponto de aproximação o foco na promoção do brincar, direito assegurado à toda e qualquer criança pela lei, como principal via de estreitamento da relação da infância com o contexto urbano.

Nos exemplos abordados, pode-se observar a prática da brincadeira como instrumento de estímulo à participação cidadã da criança na construção dos espaços públicos. Da mesma maneira, o brincar é abordado como meio essencial para permitir o desenvolvimento pleno da infância em todos os aspectos: cognitivo, físico e também psicossocial. E ainda é possível perceber nos exemplos o brincar criativo sendo usado como meio de promover a utilização dos espaços já existentes na cidade, sejam eles atrativos às crianças ou não, com pequenas intervenções imediatas que criam alternativas pouco convencionais, mas ao mesmo tempo eficazes, para reverter o isolamento da infância em relação aos espaços públicos.

3.1. CRIANÇA FALA NA COMUNIDADE – ESCUTA GLICÉRIO

O projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério é uma realização da CriaCidade, uma consultoria, de iniciativa privada, em projetos sociais e urbanos que procura modificar os espaços públicos através do olhar da criança. Segundo a fundadora do CriaCidade (‘cria’ de criança, de criatividade e de criação de uma cidade melhor), a socióloga Nayana Brettas, a missão do projeto como um todo é “promover e fortalecer a participação social de todos os habitantes para ter uma cidade mais humanizada, sustentável, criativa e brincante”.

O Criança Fala, um dos projetos da CriaCidade, pauta-se na participação infantil para a transformação dos espaços da cidade, beneficiando-se do olhar solidário das crianças, que demonstram pensar na cidade como um todo, dando sugestões que englobam tanto a infância, quanto adultos, idosos e pessoas com alguma deficiência física, unido à visão do brincar como uma contribuição extremamente importante para seu desenvolvimento e dos espaços dos quais usufruem. A ideia principal é ouvir as crianças, seus desejos e necessidades, incluindo-as na elaboração e execução de políticas públicas, projetos arquitetônicos e pedagógicos e na gestão de espaços e equipamentos, “reivindicando o exercício da cidadania como um direito a ser respeitado desde os primeiros anos de vida e, consequentemente, tomando as crianças como os atores sociais que elas são”, afirma Brettas.

Mergulhando no universo das crianças, o Projeto Criança Fala defende a retomada do lúdico como algo capaz de influenciar positivamente os espaços comuns das cidades, não só para o público infantil, mas para a sociedade de maneira geral, buscando proposições novas,

simples e criativas como soluções para incômodos diários. Na hora de ouvir o que as crianças têm para dizer, a postura é provocar a conversa enquanto estão brincando, em sua zona de conforto, e através disso obter histórias e informações sem pressioná-las, de maneira espontânea. Dessa maneira, considera-se a brincadeira (Figuras 1 e 2) a melhor forma de comunicação das crianças.



Figura 1: Produção de brinquedos durante ações. Fonte: Projeto CriaCidade; disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/> (2019).



Figura 2: Ação musical. Fonte: Projeto CriaCidade; disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/> (2019).

Um dos desafios mais difíceis do projeto é ajudar a formar, através da prática, familiares e professores dispostos a ouvir e, ao mesmo tempo, estimular o pensamento crítico e a fala das crianças sobre a cidade, sem reprimir ou induzir-lhes pensamentos de qualquer maneira.

O Projeto Criança Fala começou, em 2014, a ser experimentado em escolas, mas em 2015 as ações foram iniciadas no Glicério, bairro da região central de São Paulo marcado por um saneamento básico precário, a maior dificuldade para execução das ideias. Os alunos da Faculdade de Arquitetura da Belas Artes passaram, durante o ano anterior, por um curso voltado para o projeto e assim puderam trabalhar na escuta das crianças do bairro, tendo como resultado o projeto de uma praça que buscou atender as necessidades e os anseios da faixa etária abordada. O projeto foi uma iniciativa da Subprefeitura da Sé e do Programa São Paulo Carinhosa em parceria com a CriaCidade, para reformar uma pensão no Glicério. No entanto, como o poder público não tinha nenhuma verba para o desenvolvimento do projeto, Nayane Brettas procurou a fundação Bernard Van Leer, que investe em iniciativas voltadas para a infância em todo o mundo, e apresentou a proposta do Criança Fala, garantindo um patrocínio de mais de 500 mil reais para dois anos de ações, valor que foi complementado pela rede de integração que precisou-se criar, onde serviços foram oferecidos sem cobrança monetária.

O primeiro Criança Fala na Comunidade tinha como objetivos a transformação de seis habitações coletivas, realização de ações em escolas, postos de saúde, comércios e espaços públicos, com o objetivo de reduzir a violência e violação dos direitos das crianças do Glicério, segundo Brettas, “tudo isso só foi possível com a mobilização de uma rede de parceiros que envolveram universidade, empresa privada, gestão pública, organização social, comunidade e coletivos”.

Micro intervenções deram o pontapé inicial ao projeto, como grafites nas paredes das pensões, somados às transformações de cantos não utilizados, como algumas calçadas, em espaços para brincar, que passaram a ser cuidados e limpos pelas crianças, que conseguiram desenvolver a sensação de pertencimento a partir de sua contribuição. As intervenções que seguiram também ajudaram a melhorar o olhar da comunidade sobre o bairro, que passou a utilizar mais os espaços e a cuidá-los diariamente, eventos ao ar livre e oficinas de artesanato para as famílias foram propostos pelos moradores como uma forma de geração de renda e acontecem todo mês.

A partir do olhar solidário e criativo das crianças, foi possível fortalecer as lideranças, tanto da comunidade como da rede local e da gestão pública, transformando o bairro através de articulações entre essas redes, que busca estar em constante manutenção para benefício

do Glicério. Um documento intitulado “Mapa da Afetividade: O Glicério por suas crianças” (Figura 4) também foi feito como resultado do projeto, encerrado no fim do ano de 2016, que explica a metodologia de escuta e reúne depoimentos das crianças sobre seu olhar para as transformações no espaço. Um dos planos da fundadora para o futuro do Criança Fala é “criar um modelo a ser replicado em outras regiões e, finalmente, transformá-lo em uma política pública”, explica.

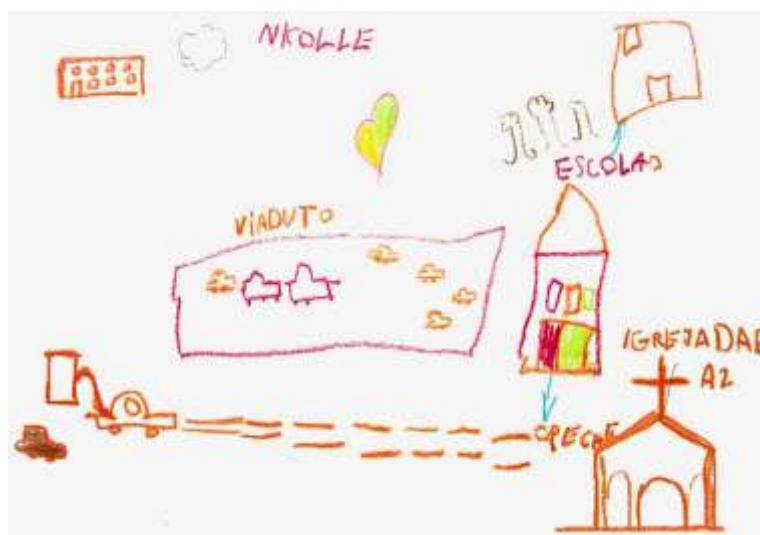


Figura 3: Mapa afetivo desenhado por uma das crianças participantes do projeto Criança Fala – Escuta Glicério. Fonte: Projeto CriaCidade, “O Glicério por suas crianças”; disponível em: https://issuu.com/portalaprendiz/docs/publica_o-online-glic_rio-por-s (2020).

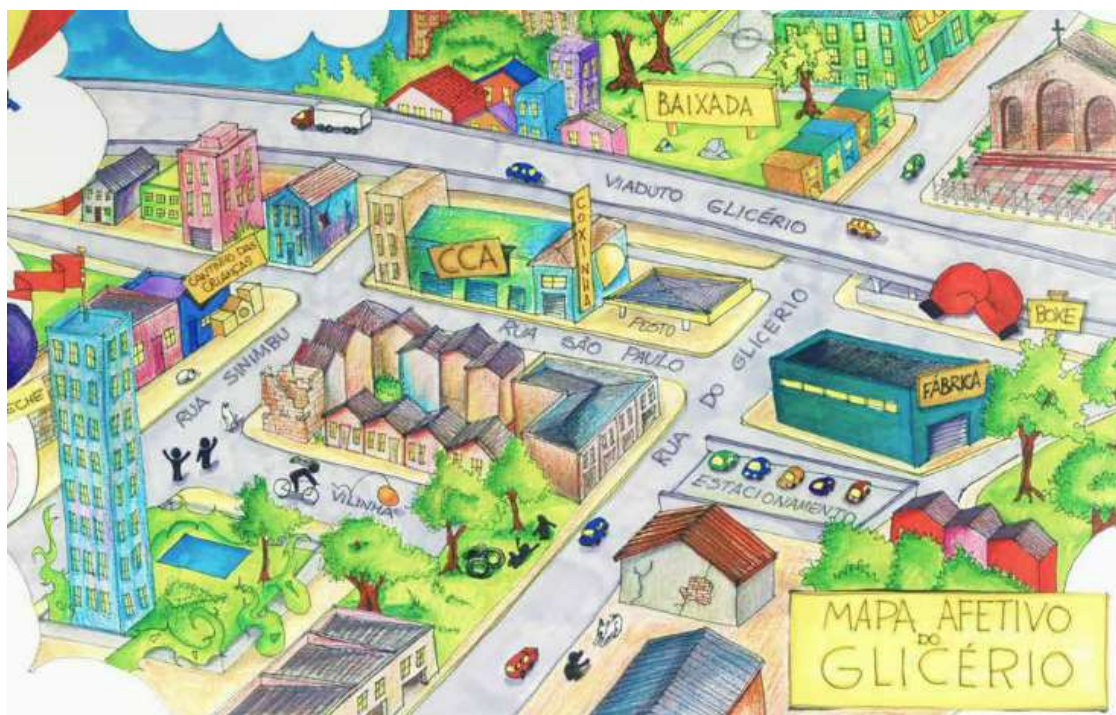


Figura 4: Mapa da afetividade final desenvolvido pelo projeto, parte do resultado das atividades desenvolvidas junto às crianças do bairro Glicério. Fonte: Projeto CriaCidade, “O Glicério por suas crianças”; disponível em: https://issuu.com/portalaprendiz/docs/publica_o-online-glic_rio-por-s (2020).

3.2. ERÊ LAB

Sob o slogan “design para interagir, brincar e crescer na cidade” o projeto ERÊ Lab foi lançado em novembro de 2014, como uma plataforma de criação, desenvolvimento e construção de mobiliário urbano para crianças. Embasado no Manifesto pela Criança do Século XXI, resultado das inquietações do artista Roni Hirsch, que escreveu sobre o futuro das cidades e o futuro, em especial, das crianças, o projeto nasceu no contexto da cidade de São Paulo como um meio de para reconquista do espaço das crianças na cidade.

Manifesto pela Criança do Século XXI:

Desde criança ouvimos histórias sobre coisas que desconhecemos, que imaginamos. Temos medo de monstro, medo de trovões, medo de olhar debaixo da cama, medo de errar. Medos que nos impedem de dar passos importantes. Porque temos tanto medo de tudo? Porque não ensinamos às nossas crianças a criarem poderes contra essa legião de bichos-papões que devoram a nossa coragem? Não existe nada que nos impeça de construir outro futuro usando a imaginação. Vamos imaginar o melhor? O Projeto Erê Lab quer criar um mundo feliz de verdade. Um mundo onde tolerância, saúde, consciência ambiental, cidadania e cuidado com o próximo se solidifiquem e sejam motivos de orgulho. Queremos criar referências para que as novas gerações construam um mundo de harmonia. Propomos, através da experiência do brincar, uma referência de mundo melhor para todos, também para os que desde pequenos têm que lidar com dificuldades. Acreditamos em um mundo melhor e democrático. Precisamos criar novas lideranças que compreendam a importância de se colocar no lugar do outro, e das relações horizontais. Vamos abrir as portas para o lugar dos sonhos no sentido real, do possível. Que seja mais do que um lugar; que seja uma um o caminho; uma vivência com a arte e com a cidade. O que a criança do século XXI quer? O que ela precisa? O que ela sonha? Como unir a nova tecnologia, o acesso a informação, a essência do homem? O Erê Lab usa a tecnologia e o trabalho manual para elevar a possibilidade do fazer. O homem do nosso século tem a capacidade do construir, de unir a inteligência à técnica e criar coisas únicas. Um mundo melhor é possível. Ele já existe nos nossos sonhos, na nossa imaginação. Agora vamos transformá-lo em realidade. (HIRSCH, 2014)

O projeto enxerga a importância do brincar na educação, crescimento e desenvolvimento das crianças, não só como indivíduos, mas, principalmente, enquanto jovens cidadãos que começam a compreender as dinâmicas urbanas e sociais do contexto onde estão inseridas e se conscientizar do seu papel como agentes ativos na cidade. Sendo assim propõe-se contribuir para a garantia do direito ao brincar, assegurado no artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança, através da oferta de equipamentos desenhados especialmente para levar às crianças a suas potencialidades exploratórias e imaginativas.

Os 4 pilares nos quais está baseado Erê Lab são:

- A Criança: seu desenvolvimento através do brincar incondicional, da superação de desafios, do contato com o outro e com a cidade;

- Cidadania: o convívio diário com a cidade como essencial no desenvolvimento do senso de pertencimento e no fortalecimento da consciência cidadã;
- Sustentabilidade: uso de materiais ecologicamente corretos, dando preferência a madeiras certificadas e à soluções de reaproveitamento de material, além de optar por processos sustentáveis de produção;
- Brasilidade: busca da nova estética urbana brasileira, trabalhando com materiais, soluções e conteúdos nacionais.

A criação de espaços lúdicos em algumas cidades do país através do projeto buscou partir da perspectiva da criança para seu desenvolvimento, já que ela é o foco, assim como a cidade e seu futuro, estimulando, assim, o cidadão a olhar para si como responsável pelos espaços da cidade e instituições através do fornecimento de espaços confortáveis e divertidos que propiciem as trocas sociais e os laços de pertencimento.

Utilizando-se do design e do urbanismo tático², ao mesmo tempo, procura-se com o projeto viabilizar a criação dos espaços e o cumprimento das leis. O Erê Lab busca trabalhar de forma inovadora desenvolvendo brinquedos para as crianças do século XXI, com design convidativo, oferecendo novas alternativas para estimular o interesse e desafiar suas habilidades motoras, além de incentivá-los a fazer exercícios físicos.

As opções de equipamentos oferecidos atendem crianças de diversas faixas etárias, levando em consideração as necessidades e particularidades de cada fase (Figuras 5 a 8). Também demonstra a preocupação em criar espaços de brincar com a maior acessibilidade possível, para que crianças com necessidades especiais também possam usar e se divertir.



Figura 5: Brinquedo labirinto. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2019).

² Urbanismo tático: incentiva a ocupação dos espaços públicos pelas pessoas, através de transformações que buscam priorizar o pedestre na cidade. Essas transformações aparecem na forma de intervenções de baixo custo que têm como objetivo demonstrar o impacto positivo de mudanças que promovem o estreitamento da relação do indivíduo com a rua, visando a execução de transformações maiores e definitivas.



Figura 6: Vitória Régia Inclusiva. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2019).

O objetivo principal é utilizar-se da variação de formas, materiais e espaços destinados aos equipamentos infantis na cidade para provocar transformações e permitir que o brincar faça parte do cotidiano das crianças e permita sua inserção na vida da cidade. Fazendo uso de uma grande variedade de materiais, inclusive, reutilizados, como madeira, borracha de pneus e aço, e de formas e tamanhos, os brinquedos são criados para serem locados em diferentes espaços, ao passo que, feitos para resistir às ações do tempo e humanas.



Figura 7: Traves. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 8: Projeto “Ilha” no Largo da Batata, SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).

O ERÊ Lab é responsável pela criação de mais de dez espaços de lazer criados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Fortaleza e em outras cidades do Brasil. Além de projetos para espaços de lazer em escolas e espaços institucionais da cidade e mais de 50 ações em museus, parques, praças, ruas abertas aos pedestres, bibliotecas, dentro outros espaços (Figuras 9 a 12).



Figura 9: Colégio ELEVA Fundamental – RJ. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).

Um dos programas derivados do projeto é o ERÊ em Ação. Motivado pelo pouco interesse público em investir em equipamento urbano, propõe-se a instalação temporária de equipamentos em lugares diversos da cidade, eventos, happenings e workshops, em áreas externas ou internas, além de oficinas de construção e desenvolvimento de estruturas de brincar com crianças, que estimulam processos criativos e trabalho em grupo. Algumas das vantagens do programa são a possibilidade de atingir um número grande de crianças que entram em contato com os equipamentos, chegar a lugares da cidade que são política-geograficamente excluídos do centro e observar como os equipamentos são recebidos e utilizados pelas crianças.



Figura 10: Slowkids do Parque da Independência – SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 11: Slowkids do Parque da Independência – SP. Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 12: Em 2015, em parceria com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e a Nike, o Erê Lab fez o projeto e instalou, em 2016, 4 espaços de brincar em vilas olímpicas em comunidades da cidade: Caju, Mato Alto, Encantado e Acari (foto da Caju). Fonte: ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br>.

3.3. MEU PÉ DE CALÇADA LIMA

O projeto Meu Pé de Calçada Lima – “Intimizações Entre a Criança e o Bairro em questão trata-se de uma das atividades de extensão realizadas por docentes e discentes através da Universidade Federal de Sergipe, promovido pelo Departamento de Teatro, juntamente com o Departamento de Arquitetura de Urbanismo (DAU) e O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Com foco na utilização dos espaços da Praça Graccho Cardoso e seus arredores, no bairro São José, em Aracaju/SE, o projeto “propõe o pensar acerca da relação entre a criança e os espaços públicos da cidade contemporânea”. As ações do projeto foram desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar e propostas em três etapas ao longo dos cinco meses do projeto, que se desenvolveram durante o ano de 2019.

Como apontado entre as problemáticas do presente trabalho, os ambientes urbanos costumam induzir a uma limitação da autonomia e dos espaços pela criança dentro da cidade, que, por sua vez, estão cada vez mais esvaziados em relação à sua capacidade de promoção de encontros, interações lazer e brincadeiras. É através desse olhar que o projeto Meu Pé de Calçada Lima surge no âmbito da cidade de Aracaju, onde bairros, especialmente, da região central, são marcados pela tradicionalidade e vêm sendo caracterizados por um esvaziamento de seus espaços públicos ruas em horários que não comerciais, principalmente, nos finais de

semana, quando as ruas se ficam mais deserta e é bem escassa a presença de crianças na região.

“Reaproximar criança e espaço público é, então, um ponto fundamental para a formação de uma cidadania mais crítica e ativa, visto que em contato com a dinâmica urbana, a criança pode vivenciar práticas de cuidado com o espaço público e estar em maior interação com a natureza”, afirma a coordenadora do projeto, Maicyra Teles. E é assim que o projeto em questão é proposto como um meio de contribuir para o estreitamento da relação entre a infância e o espaço público, através, principalmente, do incentivo ao brincar, como sugere o próprio nome do projeto, que faz alusão aos relatos de infância presentes no romance de nome *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos.

“As etapas do projeto foram idealizadas em uma sequência de aprofundamento relacional, entre a vizinhança e o espaço do bairro, em si, e são elas: enraizamento, irradiação e errância.” Através destas etapas (Figura 13), a criança tem a possibilidade de “se apresentar como interlocutor e agente, ou seja, tirando-a da habitual invisibilidade dos processos tradicionais de participação social”, defende o projeto. Assim, como consequência busca-se intensificar as relações de vizinhança no bairro abordado e “ampliar as perspectivas sobre a própria noção de urbanidade, que historicamente é desenhada exclusivamente a partir de uma visão “adultocêntrica””.

Na primeira etapa, buscou-se a realização de duas ações de extensão na área da Praça Graccho Cardoso, sendo elas: “o cocô é seu, mas a praça pode ser de todos nós”, que teve como objetivo conscientizar os responsáveis pelos cães sobre o recolhimento dos resíduos fecais dos seus animais que ali transitam, com colocação de placas, com depoimentos das crianças da vizinhança sobre o assunto, além da realização de uma aula sobre zoonose e as doenças que podem ser transmitidas pelas fezes animais; e a ação “balança, eu!”, que objetivou construir um mínimo de equipamento lúdico na praça com a fixação de dois balanços em galhos das árvores do local.

Com a consolidação de um grupo de crianças, que contribuíram na primeira etapa, a segunda fase teve como foco a promoção de caminhadas de irradiação, a partir da praça para locais próximos, como: a margem do Rio Sergipe; a ludoteca, do SESC; as praças Tobias Barreto e Camerino; as padarias e sorveterias da região. A ideia das caminhadas coletivas é “viabilizar o reconhecimento cartográfico de seu bairro, além de contribuir para uma percepção geo-afetiva do entorno de sua casa”.

Na terceira e última etapa, é proposto um cortejo errático (Figuras 13 a 16), ou seja, “sem direção preestabelecida, com referências lúdicas e performáticas, e que demarquem,

visualmente, a presença desse pequeno coletivo habitante da região”. Dá-se nessa fase a possibilidade de a criança produzir figurinos e adereços a serem utilizados no cortejo, levando-se em consideração as experiências adquiridas nas outras fases do projeto. O foco de análise etapa está na maneira como, de maneira espontânea, as próprias crianças desenvolvem o passeio, as pausas, as negociações entre si e com os colaboradores sobre para onde seguir e sobre o que fazer.



**MEU PÉ
DE CALÇADA LIMA**
TRAGA SUA CRIANÇA!
(de 0 a 99 anos)

façamos uma rede de convivência
no espaço público do
nosso bairro são José!

 (79) 98847 0807

que horas?
SEMPRE POR VOLTA DE 15H

onde nos encontramos?
PRAÇA GRACCHO CARDOSO

quando? **AGOSTO**

03/08: BRINCANDO NA PRAÇA
brincadeiras orientadas

10/08: CRIANDO FANTASIAS
oficina de figurino
prof. olivia camboim
(dep. teatro/ufs)

17/08: BRINCANDO DE NOVO NA PRAÇA
brincadeiras orientadas 2

24/08: BATUCADA NA PRAÇA
oficina de percussão
mestre pikenno

31/08: CAMINHADA PELO BAIRRO
caminhada de
exploração lúdica

quando? **SETEMBRO**

06/09: DESFILE DE FANTASIAS
cortejo performático

SE LIGUE! outras atividades também
estão acontecendo nas segundas.
VENHAM PARTICIPAR!

 projeto de extensão
universidade federal de sergipe (UFS)

Figura 13: Banner de divulgação das ações da última etapa do projeto. Fonte: Grupo do projeto de extensão (2019).



Figura 14: Desenvolvimento de atividades da fase "errância" do projeto, promovendo o brincar através de desenhos nas calçadas. Fonte: Autora (2019).



Figura 15: Incentivo ao brincar e à autonomia da criança utilizando os espaços já existentes na cidade. Fonte: Autora (2019).



Figura 16: Incentivo ao brincar e à autonomia da criança utilizando os espaços já existentes na cidade. Fonte: Autora (2019).

Os coordenadores e colaboradores do projeto estabelecem, de maneira geral, as expectativas sobre os objetivos como:

Acreditamos que o projeto contribuirá para: - a promoção de habilidades sócio afetivas de crianças da vizinhança; - para o entendimento da criança como interlocutor e agente de participação social; - para uma ressocialização no espaço público do bairro São José; - para a ampliação das perspectivas sobre a própria noção de urbanidade e cidadania. (PROJETO MEU PÉ DE CALÇADA LIMA, 2019)

O projeto é resultante da participação de quatro integrantes da equipe no evento Corpocidade, realizado em dezembro de 2019, pelos Departamentos de Dança e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

4. ÁREA DE ESTUDO



Foto do projeto Meu Pé de Calçada Lima. Fonte: Autora (2019).

Considerando a necessidade de aplicações, ainda que em bases teóricas, das proposições como resultado do trabalho a ser desenvolvido, fez-se necessária a escolha da área de estudo a ser analisada com base no tema abordado. Essa escolha se desenrolou a partir de critérios adotados como necessários para o desenvolvimento e eficácia das análises a serem desenvolvidas.

Levando em conta a constante falta de planejamento urbano que considere a inclusão das crianças nos projetos de espaços públicos, o intuito é adotar como objeto de estudo uma um espaço que apresente essa carência e que, ao mesmo tempo, tenha esteja inserido em um entorno onde residem crianças de diversas faixas etárias. Reconhecendo, assim, o potencial do espaço em ser ocupado pelas crianças quando adaptado às suas necessidades e anseios.

A análise das possibilidades sugeridas para ampliar o acesso e uso dos espaços públicos da cidade pelas crianças, assim como sua maior autonomia nesses espaços, exigiu uma observação mais cuidadosa para a seleção da área de estudo. O objetivo é analisar no contexto da cidade, mais especificamente na escala de um bairro, como as relações entre as crianças e os espaços se desenvolvem e quais proposições podem funcionar para estreitar e melhorar essas relações, considerando as peculiaridades das áreas em estudo. Os principais critérios adotados para serem observados para seleção da área de estudo foram:

- Área majoritariamente residencial;
- Bairro periférico;
- Oferta de espaços públicos.

Dentro do contexto urbano do estado de Sergipe, especificamente do município de Aracaju, capital do estado, como forma de propiciar um estudo mais aprofundado das condições almejadas, buscou-se selecionar um bairro a ser analisado ao longo de todo o trabalho desenvolvido, seguindo os critérios já expostos. O bairro Porto D'antas foi o bairro escolhido como área de estudo, localizado fora da área central, mas não tão distante, é um bairro onde residem muitas crianças e com um grande fluxo de estudantes, devida à quantidade de escolas existentes, mas onde não existe nenhuma creche pública. O bairro passou por muitas mudanças na sua infraestrutura nos últimos anos, incluindo a criação de uma grande orla que o percorre linearmente quase por inteiro e que consiste no único espaço público de lazer na parte com maior concentração residencial do bairro. Esse foram determinantes para a escolha da Orla do Porto Dantas como o foco das análises aqui feitas neste trabalho.

4.1. ARACAJU, SERGIPE

Aracaju é um município e capital do estado de Sergipe, no Brasil. Localiza-se no leste do estado (Figura 17), sendo cortada por rios como o Sergipe e o Poxim. De acordo com a estimativa de 2017, sua população é de 648 939 habitantes. Somando-se as populações dos municípios que formam a Grande Aracaju: Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, o número passa para 938 550 habitantes. Apesar de ser a menos populosa das capitais nordestinas, sua localização perfaz como importante ponto estratégico enquanto centro urbano, econômico, cultural e político para o país.



Figura 17: Localização do município de Aracaju dentro do estado de Sergipe. Fonte: Autora (2019).

É apontada como a capital com menor desigualdade do Nordeste Brasileiro, como a cidade com os hábitos de vida mais saudáveis do país, exemplo nacional na consideração de ciclovias nos projetos de deslocamento urbano e é considerada a segunda capital do país com menor índice de fumantes. Está entre as capitais com os custos de vida mais reduzidos do país, tendo focado mais recentemente suas ações turísticas na criação de alojamentos coletivos.

Surgindo com o objetivo de sediar a capital da província de Sergipe del-Rei, que até o momento se localizava na cidade de São Cristóvão, Aracaju teve seu Centro construído e pensado com planejamento urbano desde os primórdios. O que indica esse planejamento estratégico, visualmente falando, é a organização das primeiras ruas criadas, que se encontra de maneira perpendicular, fazendo alusão a um tabuleiro de xadrez. Ainda assim, a implantação da cidade foi feita em uma região que continha muitos pântanos, pequenos lagos e mangues, o que, consequentemente, dificultou a engenharia e influenciou

em uma configuração mais orgânica com o passar do tempo, observados os contrastes entre as ruas do centro e das periferias.

No contexto da cidade de Aracaju contemporânea, além das práticas sociais espontâneas que ocorrem, geralmente, em bairros populares, ou seja, cujo modo de habitação e de convivência coletiva se diferenciam radicalmente dos bairros populados majoritariamente por edifícios e condomínios, são raros os projetos e ações que se dediquem a desdobrar a relação entre a criança e o espaço público, no seu cotidiano, para além do entretenimento. Essa falta de incentivos ao uso dos espaços da cidade se vê refletida, principalmente, em aspectos como os esvaziamento das ruas da região central durante horários que não são os comerciais.

4.2. BAIRRO PORTO D'ANTAS

O Bairro Porto D'antas está localizado em uma área predominantemente residencial, na encosta da Mata atlântica, no Morro do Urubu, Zona Norte da capital sergipana, divisa com o município de Nossa Senhora do Socorro (Figura 18). Com uma população de 12 mil habitantes, segundo dados do Censo 2010 (IBGE), a ocupação da região se deu com início da exploração do minério de sal, assim como em outros lugares na região do Rio do Sal. Após a extinção das salinas, na primeira metade do século XX, os terrenos às margens do rio passaram a serem loteados e ocupados por comunidades de baixa renda, dando origem ao bairro em questão.



Figura 18: Limites de Aracaju e localização do bairro Porto D'antas no mapa. Fonte: Autora (2019).

O bairro Porto D'antas começou a ganhar características formais com a remoção das ocupações irregulares que se encontravam às margens da Avenida General Euclides Figueiredo. Sendo assim, dentre os últimos investimentos realizados na região está o Conjunto Residencial José Eduardo Dutra, entregue em 2016, construído em uma área adjacente a Avenida General Euclides Figueiredo (Figura 19), possuem infraestrutura de terraplenagem, drenagem pluvial, rede de distribuição de água, esgotamento sanitário, pavimentação, urbanização e execução de rede de iluminação pública e implantação de acessibilidade com pavimentação em piso tátil e rampas para deficiente, no entanto, moradores alegam carência na oferta de serviços aos quais possam ter acesso na área.



Figura 19: Imagem de Satélite do Bairro Porto D'antas. Localização da Orla do Porto D'antas e do Conjunto Residencial José Eduardo Dutra. Fonte: Google Earth (modificada pela autora) (2020).

Nos últimos anos, a região passou por investimentos em infraestrutura voltada para o lazer. O governo criou uma estratégia de requalificação de espaços, a Orla do Porto D'antas, às margens da Avenida General Euclides Figueiredo, entre esta e o Conjunto Residencial José Eduardo Dutra, na tentativa de levar a um local marginalizado uma infraestrutura básica. A orla, que foi inaugurada em 2018, conta com diversos aparelhos recreativos, como quadras

poliesportivas, quadras de vôlei de praia e basquete de rua, parques infantis, campo de futebol, quiosques, pista e rampa de skate, pista de cooper e anfiteatro, além de passeios, calçadas, ciclovias. A sua implantação foi feita margeando o grande manguezal da área e, em um primeiro momento, promove o embelezamento um local que antes parecia totalmente abandonado e precário.

4.3. A NOVA ORLA DO PORTO DANTAS

Em um primeiro momento, através de visitas ao bairro e consultas aos mapas da área pela plataforma Google Maps, foi feito o levantamento e localização em mapa de alguns equipamentos públicos que são, ou deveriam ser utilizados frequentemente pelas crianças e que são essenciais para garantir seu pleno desenvolvimento (Figuras 20 e 21). O foco aqui foi localizar em mapa do bairro, além de quantificar, os seguintes equipamentos que servem aos interesses da infância aos moradores: creches e escolas, unidades básicas de saúde e espaços públicos de lazer (praças, parques, etc).



Figura 20: Mapa com indicação de equipamentos de interesse para as crianças no bairro Porto D'antas. **Escola:** 1. Centro de Exc. Profª Maria das Graças Azevedo Melo; 2. EMEI Profª Etelvina Amália De Siqueira; 3. Centro Educacional Thomas Edson; 4. Instituto Menino Jesus; 5. Escola estadual Rodrigues Dórea; 6. UQP - Fundar Porto D'antas; 7. EMEI Berenice Campos; 8. Escola Reunida 8 De Maio; 9. Escola Sonho Mágico; 10. EMEI Pierre Averan. **Unidade básica de saúde:** 11. UBS Eunice Barbosa; 12. UBS do Porto Dantas. **Espaço de Lazer:** 13. Orla do Porto D'antas; 14. Parque da Cidade. Fonte: Autora (2020).

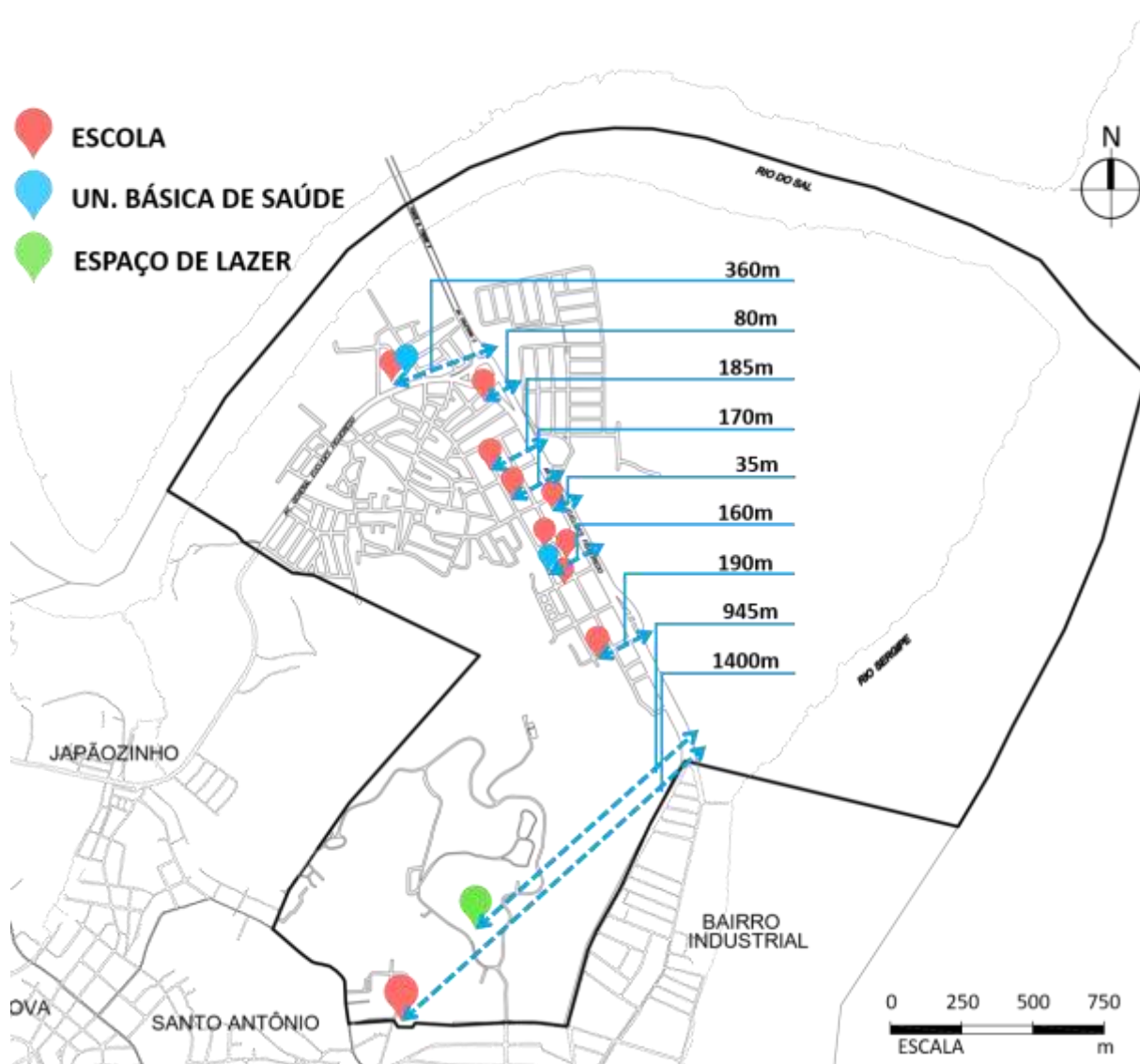


Figura 21: Raios de distância média dos equipamentos existentes, tomando como referência os pontos mais próximos dentro Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).

Em seus 6 335 km², o bairro, que possui uma porcentagem muito maior de área permeável, em comparação com a área construída, conta com 6 escolas, sendo destas 4 escolas públicas que atendem o ensino fundamental, embora uma delas se encontre muito afastada da área residencial, em um dos limites do bairro, e seja mais utilizada por moradores de bairros vizinhos. Embora seja um direito garantido pelo estatuto, não existe uma creche pública no bairro para atender os moradores que precisam.

O bairro conta, também com duas unidades de saúde básica, concentradas na área residencial, que, segundo moradores, atenderia a demanda de pacientes se o atendimento fosse de maior qualidade. Além disso, estão localizados no bairro o Parque Governador José Rollemberg (Parque da Cidade) e a Orla do Porto D'antas. O Parque da Cidade existe no local há muito tempo, cerca de 44 anos, e conta com uma boa área remanescente de mata atlântica, zoológico, teleférico e restaurantes, no entanto, não costuma ser muito utilizado pelos moradores do bairro, pois se encontra bem afastado a área residencial, sem contar a precariedade que vem apresentando devida a falta de manutenção dos espaços, que tem esvaziado o local e, por esse motivo, causado uma certa sensação de insegurança nos usuários. Até pouco tempo, o parque era o único local público visto como possibilidade de lazer dentro do bairro, que não conta com praças menores, no entanto, como já foi dito, recentemente foi inaugurada a Orla do Porto D'antas como opção ao lazer e esporte nas imediações do bairro e que vem apresentando boa aceitação pelos moradores devido à localização dentro da zona onde se concentram as moradias.

O projeto da Orla implantou em seu programa de necessidades diversos aparelhos recreativos, duas quadras poliesportivas, duas quadras de vôlei de praia, quadra de basquete de rua, dois parques infantis, um campo de futebol, dez quiosques, uma pista e uma rampa de skate, pista de Cooper em concreto com 1.760 metros, bicicletário, passeios, calçadas e ciclovia, além de cinco mesas de concreto para xadrez e damas. A área de lazer tem dois estacionamentos com capacidade para 128 carros (Figuras 22 e 23).



Figura 22: Orla do Porto D'antas vista de cima. Fonte: TripAdvisor Brasil; disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303638-d13970897-Reviews-Orla_do_Porto_Dantas-Aracaju_State_of_Sergipe.html (2019).



Figura 23: Indicação do programa de necessidades da orla: 1. quadras poliesportivas; 2. quadras de vôlei de praia; 3. quadra de basquete de rua; 4. parques infantis; 5. campo de futebol; 6. pista e

rampa de skate; 7. quiosques; 8. bicicletários; 9. estacionamentos. Fonte: Google Earth (modificada pela autora) (2020).

Através de conversas espontâneas com os moradores do bairro, principalmente, do entorno da orla construída e do conjunto habitacional vizinho, foi possível perceber que a grande maioria das pessoas entrevistadas já residia no bairro antes das mudanças pelas quais passou a área, seja na parte central ou nas ocupações irregulares que foram removidas. Outra observação feita durante as conversas foi a disponibilidade das pessoas em falar sobre o bairro, muitos dos moradores abordados encontravam-se na área externa das casas, em calçadas ou nos próprios espaços da orla (Figuras 24 a 28).

A grande maioria da população residente se mostra positiva com relação às mudanças que ocorreram, alegando que com os investimentos em infraestrutura a segurança melhorou e, por esse motivo, costumam utilizar os espaços públicos com frequência significativa, inclusive durante os horários da noite. Em conversa com uma moradora do bairro, desde anos antes das mudanças realizadas, ela expôs: “Sinto mais segurança que antes (da construção do conjunto e da orla), presencio mais policiamento. Antes eu tinha mais medo de sair, mas ainda não consigo sair em todos os horários porque me sinto insegura com as pessoas que usam drogas na orla. Até já me ofereceram comprar minha casa, mas não saio, estou satisfeita com as mudanças.”.

Neste contexto, também foram ouvidos relatos de pessoas não moradoras do bairro que alegaram que não frequentavam antes e evitavam transitar na área, já que não havia atrativos para o lazer e os espaços sempre estavam consideravelmente vazios, o que lhes conferia sensação de insegurança em qualquer horário do dia. No entanto, ainda há uma porcentagem de pessoas que não utiliza os espaços públicos, apesar de constatarem uma melhora na infraestrutura, alegando um agravamento da sensação de insegurança na área justificado por novos usuários que consomem drogas no local.

Destacou-se que o aumento expressivo no número de frequentadores do bairro refletiu positivamente no que diz respeito ao comércio informal e na reversão do esvaziamento dos espaços de uso comum do bairro, o que também diminuiu a sensação de insegurança e, consequentemente, beneficiou o acesso das crianças aos espaços públicos. Durante o levantamento, algumas crianças, de faixas etárias diferentes, foram vistas brincando ou praticando esportes nos espaços da orla e, quando abordadas, falaram de como costumam sair e utilizar mais os espaços públicos agora com as mudanças. Um garoto de 10 anos que estava na pista de skate se mostrou interessado em falar disse: “agora é mais legal porque a gente tem onde jogar e andar de skate, antes não tinha nada, mas eu não posso “vim” sempre porque minha mãe tem medo que eu atravessasse sempre a rua sozinho (ele mora e estuda do

outro lado da via) e porque é muito quente, só venho de “tardezinha”. Um outro morador do bairro, um adolescente, que também estava na pista de skate afirmou: “Eu já saía para a rua, mas agora saio mais, como melhorou a segurança, as vezes eu fico aqui até umas duas horas da madrugada. Também vejo mais gente de fora no bairro, mais nos fins de semana a tarde, quando “baixa o sol”.



Figura 24: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).



Figura 25: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).

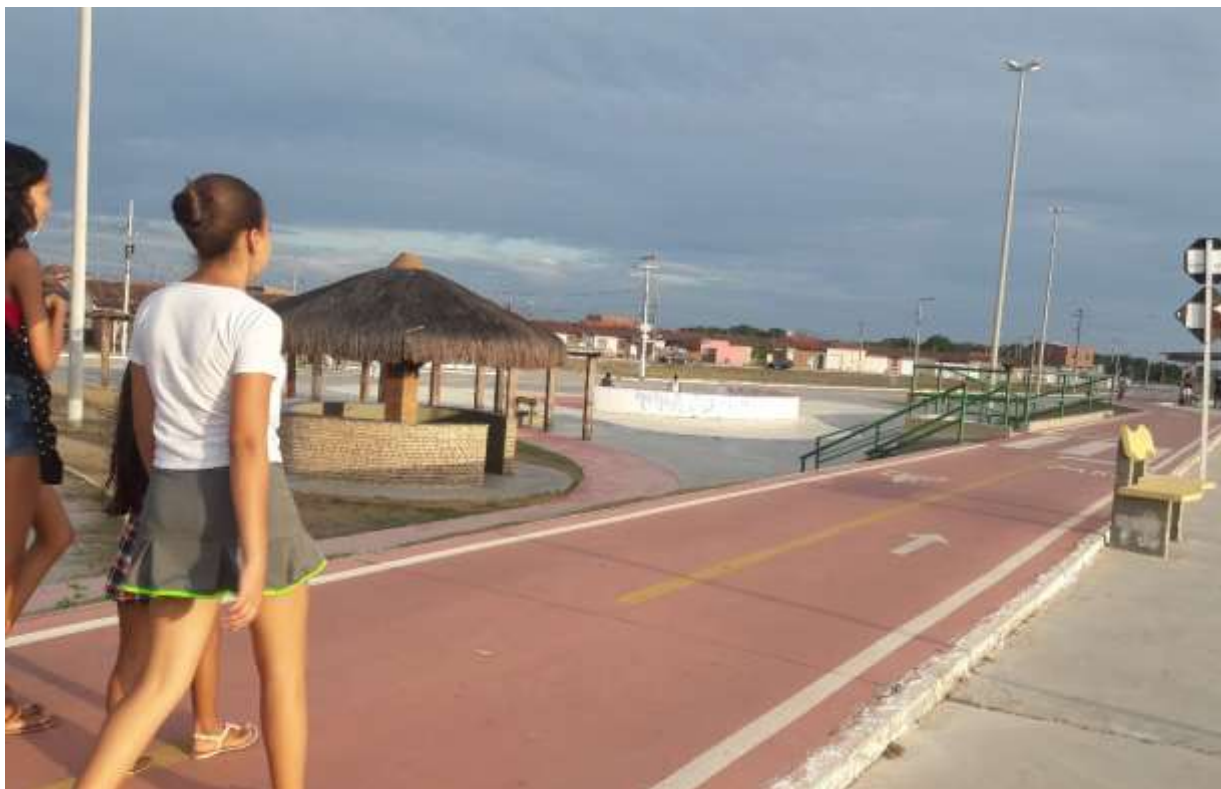


Figura 26: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2019).



Figura 27: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2020).



Figura 28: Foto da Orla do Porto D'antas. Fonte: Autora (2020).

Através de observações feitas durante visitas à área, algumas problemáticas foram identificadas como limitadoras do acesso e uso pleno dos espaços da orla de forma segura, principalmente por indivíduo com algum tipo de vulnerabilidade, como as crianças e pessoas com alguma deficiência. Além das rampas serem escassas, em uma extensão grande onde está implantada, não há piso tátil em nenhum trecho dos caminhos, calçadas e praças.

Outro problema de mobilidade se encontra na instalação das calçadas e ciclovias. Em grande parte do trecho da orla a calçada está no limite com a via principal, sem nenhum tipo de barreira ou sinalização que torne o passeio por ali mais seguro. Em algum momento do trecho, a ciclovia bruscamente é desviada e passa a estar no limite com a via, trocando de lugar com a calçada, o problema maior aqui é que alguns desvios e obstáculos dificultam o trajeto em bicicleta (Figura 29). Além disso, a travessia da avenida a pé é bastante difícil, já que a quantidade de faixas de pedestres é muito pequena para um trecho tão extenso e todas estão simplesmente no mesmo nível da via, que possui uma largura bastante considerável. Uma moradora abordada enquanto vendia lanches na orla, com seu próprio carrinho, relatou a carência: “As coisas melhoraram muito, principalmente, o comércio, pensava em me mudar antes, mas consigo vender comida aqui na orla então foi bom pra mim. Acho que melhorou um pouco para atravessar a pista, mas ainda não é seguro para as crianças, são poucas faixas de pedestre e não tem sinalização maior, falta semáforo. (...) Se os quiosques que tem aqui

funcionassem seria ainda melhor (sobre o fato de que existem os quiosques para venda, mas não foram designados para uso)”.



Figura 29: Foto do trecho onde ocorre a mudança de posição entre a calçada e a ciclovia. Fonte: Autora (2020).

Um outro grande ponto negativo observado está na aridez dos espaços e trajetos. Apesar de estar margeada pelo mangue em toda a sua extensão, a orla não conta com nenhuma árvore ou arbusto dentro de seus espaços, apenas canteiros de grama podem ser vistos e os maciços no limite, pertencentes ao mangue. Pode se observar algumas mudas que foram plantadas em alguns canteiros, no entanto, devida à falta de cuidados, nenhuma parece estar se desenvolvendo. O que se pode perceber com isso é que os espaços só começam a ser mais utilizados nos fins de tarde e à noite (Figuras 30 e 31), com exceção dos quiosques, que possuem cobertura em telha ou palha, e da área de skate, que os adolescentes costumam utilizar em mais momentos do dia, como já citado acima. Outra moradora do conjunto adjacente a orla, que estava em uma mercearia dentro do próprio, se sentiu confortável para falar e deu seu depoimento: “Acho melhor de se viver agora, principalmente, pelas melhorias em saneamento. A travessia da vida também melhorou, mas podiam colocar mais faixas porque são muito longe umas das outras. Não uso muito os espaços e não me sinto segura pra deixar meus dois filhos pequenos usarem, durante a noite tenho medo de assalto e pelo dia faz muito sol, não me sinto confortável para ficar lá (na orla).



Figura 30: Orla movimentada mais a noite devida à falta de arborização para amenizar a ação do sol durante o dia. Fonte: Fonte: TripAdvisor Brasil; disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303638-d13970897-Reviews-Orla_do_Porto_Dantas-Aracaju_State_of_Sergipe.html (2020).



Figura 31: Foto de espaço da orla durante a noite. Fonte: Marco Vieira/PMA; disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/av-euclides-figueiredo-e-duplicada-e-ganha-calcadiao/> (2020).

Também pode-se observar na orla, assim como na grande maioria dos espaços públicos construídos atualmente, que os brinquedos instalados nas áreas de brincar (Figuras 32 e 33) pouco deixam à imaginação das crianças. São, em sua maioria, equipamentos que possuem uma função muito específica e com pouco potencial para estimular os desenvolvimentos cognitivo e motor das crianças. Um morador que estava andando pela orla com seu filho, de 6 anos, falou sobre esses espaços: “Eu trago meu filho para brincar porque tem esses brinquedos aqui e é fora de casa, mas ele as vezes fica mais tempo brincando com os próprios brinquedos que traz de casa. Tenho medo de ele se machucar porque ninguém cuida desse espaço, não sei bem qual a condição, e também acho que falta um pouco de sombra para as crianças virem mais, mas é um lugar legal, perto de casa, que considero seguro, no geral, e tem onde brincar um pouco. Pode melhorar, mas eu acho que tem que ser usada (a orla).”



Figura 32: Mobiliários de academia e brinquedos em uma das praças ao longo da orla, sem cobertura e já danificados. Fonte: Autora (2019).



Figura 33: Mobiliários infantis em outra praça da orla. Fonte: Autora (2019).

Além de tudo isso, muitos espaços parecem estar avulsos na extensão da orla e parecem não ter uso ou funcionalidade. Por exemplo, muitos quiosques e estruturas de pergolados de madeira que se encontram implantados em trechos apenas de passagem ou muito distantes dos espaços mais comuns da orla (Figura 34), sem nenhum tipo de atrativo para estimular seus usos, trazendo certa sensação de insegurança e inibindo o acesso dos usuários, por esse motivo.



Figura 34: Pergolado instalado em um dos caminhos da orla. Fonte: Autora (2020).

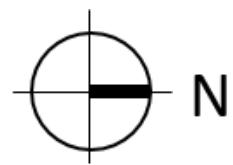


Figura 35: Representação do projeto atual da Orla do Porto Dantas, trecho completo. Fonte: Autora (2020).

5. DEFICIÊNCIAS E PROPOSIÇÕES



Foto do projeto Meu Pé de Calçada Lima. Fonte: Autora (2019).

5.1. MOBILIDADE

Travessia das Vias

Com exceção da população residente no conjunto habitacional José Eduardo Dutra, todos os outros moradores do bairro Porto Dantas, assim como quem reside no conjunto e necessita trabalhar ou utilizar os serviços oferecidos na outra porção do bairro, necessita realizar a travessia a pé na avenida General Euclides Figueiredo, inclusive, para ter acesso aos espaços da Orla. O que se pode observar, é que a via, nos seus dois sentidos de rolamento, não oferece as condições ideais de segurança para a travessia plena de pedestres diariamente, levando em conta o porte da via e o fluxo de veículos.

Como já dito anteriormente, basicamente, a maior parte do fluxo de veículos motorizados no bairro acontece na avenida em questão, que também serve de passagem para quem vai de Nossa Senhora Socorro à Aracaju e vice-versa. Sendo assim, as ruas internas do bairro, que ficam todas na porção oposta à orla, são caracterizadas por serem utilizadas, principalmente, por pedestres. Essas ruas são mais estreitas e o fluxo de veículos, normalmente, não oferece riscos aos pedestres.

As crianças que estudam nas escolas localizadas nessas ruas, quando residentes nesta porção do bairro, costumam ir de casa para a escola e da escola para casa sem passar por problemas de mobilidade, ainda que nesses caminhos não exista nenhum tipo de adaptação para a criança. No entanto, as crianças que moram no conjunto vizinho à orla ou que buscam utilizar os espaços públicos encontram na travessia da avenida um desafio diário. Quase sempre, essas crianças que são obrigadas a realizar a travessia da via diariamente, vão e voltam da escola acompanhadas por seus responsáveis. Apesar de apresentar sinalização horizontal distribuída no trecho da via que faz fronteira com a orla, sendo 6 pontos de travessia representados por faixas de pedestres que avançam de um lado ao outro da via, a sinalização existente não é suficiente para garantir a segurança necessária para o acesso das crianças à orla. A única sinalização vertical presente são as placas que indicam a localização das faixas de pedestre, havendo, ainda, pontos em que estas placas indicam regiões onde a sinalização horizontal não existe (figura 36), ou seja, assinalando pontos de travessia onde não há segurança suficiente. Não foi considerado que as crianças residentes no Porto Dantas frequentam, principalmente, as únicas escolas do bairro existentes na porção oposta à Orla. Não há nenhum tipo de sinalização que auxilie na travessia segura dos estudantes, indicando seu fluxo na área.



Figura 36: Trecho da via adjacente à Orla. Fonte: Autora (2020).

Promover a travessia segura na Euclides Figueiredo pode ser uma maneira eficaz de incentivar o uso dos espaços da orla pelas crianças, assim como para a população em geral, levando em conta que os dados sobre acidentes sofridos por crianças como pedestres no trânsito apresentam números consideráveis. Estes dados deixam a população em alerta evitando o acesso às ruas, principalmente, por suas crianças. Atualmente, acidentes são a principal causa de hospitalizações e óbitos de crianças de 0 a 14 anos no Brasil, faixa etária definida na base de dados do Ministério da Saúde. Segundo o DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil), todo ano, mais de 3 mil crianças nessa faixa etária morrem no país devido a acidentes, sendo outras mais de 111 mil hospitalizadas. Dentre os tipos de acidentes, o de trânsito é o que apresenta maior número de ocorrências.

O número de crianças mortas no trânsito vem caindo exponencialmente ao longo dos anos, mas as pesquisas comprovam que a maior porcentagem de óbitos, assim como de hospitalizações, por acidentes na faixa etária da infância, ainda é causada por acidentes de trânsito (Figuras 37 e 38).

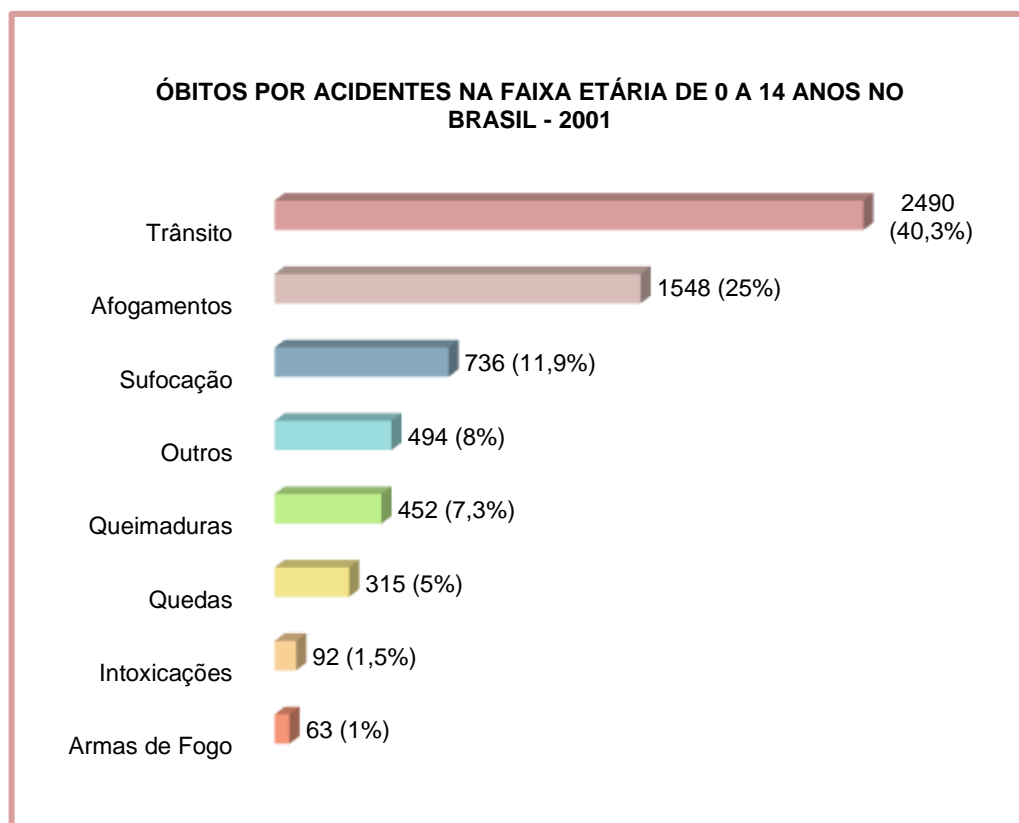


Figura 37: Gráfico de óbitos por acidentes (2001). Total de óbitos: 6190. Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/> (2020).

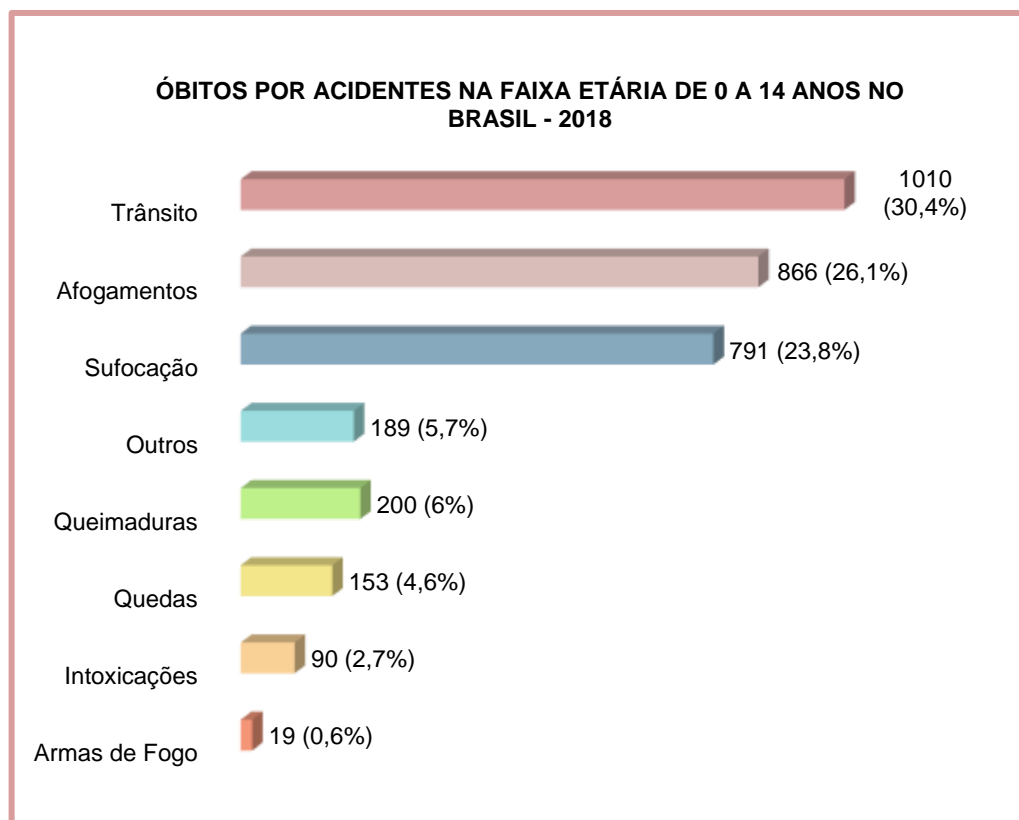


Figura 38: Gráfico de óbitos por acidentes (2018). Total de óbitos: 3318. Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/> (2020).

E na maioria destes acidentes no trânsito, a vítima esteve na posição de pedestre ou de ciclista (Figuras 39):

ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 14 ANOS NO BRASIL - 2015

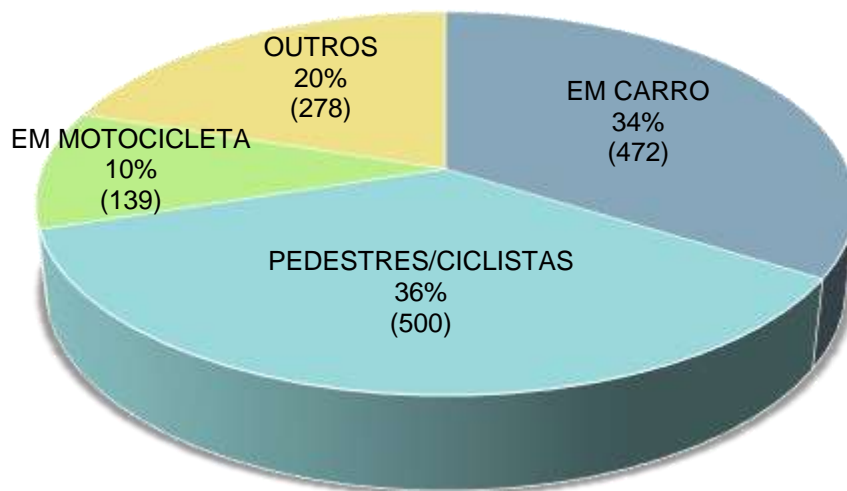


Figura 39: Gráfico de óbitos por acidentes de trânsito (2015). Total de óbitos: 1389. Fonte: Autora; dados DATASUS; disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/> (2020).

As crianças podem estar em maior ou menor risco de sofrer atropelamentos de acordo com a faixa etária. Na faixa etária da primeira infância e início da segunda o número de óbitos por atropelamento não é significativo porque a criança nessa idade está menos exposta, sempre sob vigilância mais intensa de adultos.

Na faixa etária dos 5 aos 10 anos de idade é onde se concentra o maior número de atropelamentos e mortes por essa causa, já que é a fase da infância onde a criança, que está iniciando a vida escolar, começa a apresentar uma autonomia maior, inclusive na condição de pedestre, mesmo que quase sempre acompanhado por um adulto. Seja por expectativa dos pais e responsáveis, por desejo da própria criança ou por necessidades explicadas pelo aspecto socioeconômico da infância, é nessa faixa etária específica que a criança começa a explorar uma maior independência nas ruas, ainda que não tenham desenvolvimento cognitivo que permita interpretar adequadamente os riscos e as sinalizações que o trânsito oferece, que, na grande maioria das vias, não são adaptadas para essas crianças. São sinalizações na altura e linguagem apropriadas apenas para adultos, quase sempre, motorista.

Quando se trata da faixa etária de 10 a 12 anos, o nível de mortalidade por acidentes no trânsito como pedestres cai novamente, já que essa é a fase em que a criança, realmente, já assimilou maiores orientações, recebidas em casa ou na própria escola, de como se comportar na condição de pedestre para ter sua segurança garantida.

O fator socioeconômico da infância também influencia nesses números, como aponta o guia do programa Criança Segura (Safe Kids Brasil, 201x, p. 16), as crianças que vivem em regiões onde se concentram populações de baixa renda são mais propensas a atropelamentos. Isso porque, de alguma maneira, essas crianças são levadas a exercer autonomia nas ruas muito mais cedo, muitas vezes, não há um adulto para acompanhá-las a todos os lugares, ou passam mais tempo na rua sem vigilância, pois não têm acesso à creche ou à escola em tempo integral. Essas ruas não disponibilizam espaços públicos que ofereçam as condições necessárias para garantir sua segurança no tempo de permanência, as ruas não são projetadas para o lazer, apenas para circulação, quase sempre privilegiando os automóveis.

Já que o Porto Dantas se trata de um bairro, basicamente, residencial, e apesar da Euclides Figueiredo ser um importante via de conexão entre o município de Nossa Senhora do Socorro e a capital e de acesso ao centro de Aracaju, há que visar, portanto, uma melhor infraestrutura na via em questão para garantir aos pedestres, em especial às crianças, acesso seguro à orla diariamente. Tomando como base o que diz a Lei Complementar Nº 42 (2000), que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju:

Capítulo III
DA POLÍTICA DE TRANSPORTES, TRÁFEGO E SISTEMA VIÁRIO
(...)

Art. 44 - Constituem objetivos e diretrizes referentes ao sistema viário de tráfego e de transporte:

VIII - priorizar a circulação de transportes coletivos na rede viária e promover programas e projetos de proteção à circulação de pedestres e de grupos específicos tais como: idosos, deficientes físicos e crianças; (p.24)

A avenida Euclides Figueiredo está classificada como Via Principal, segundo o documento do Plano Diretor de Mobilidade de Aracaju (2015). Para uma travessia mais segura dessa via, considera-se necessário combinar sinalização horizontal e sinalização vertical, também levando em consideração a largura das ruas, que servem aos dois sentidos e com tráfego de veículos considerável. Nesse caso, a sinalização vertical entra para garantir o respeito às faixas de pedestres, que muitas vezes não são eficazes porque os motoristas ignoram a existência quando não há, por exemplo, semáforo próximo, ainda que sob a possibilidade de sofrer penalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro (artigo 214, inciso I). As faixas de travessia de pedestres devem ser executadas conforme o Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1977. As faixas devem ser aplicadas nas pistas de rolamento, no prolongamento das calçadas e passeios onde houver demanda de travessia, junto a semáforos com focos nos pedestres.

Uma boa opção para melhorar a eficiência da sinalização horizontal, seria instalar faixas de pedestre elevadas (lombofaixas), localizadas estrategicamente, principalmente servindo às saídas das escolas existentes no bairro. Combinada com a diminuição da velocidade máxima ou respeito à velocidade já estabelecida, que na via em estudo é de 30km/h e sinalização vertical, a faixa elevada facilita muito a travessia, principalmente, de crianças, idosos e pessoas com alguma deficiência. No entanto, no caso da avenida Euclides Figueiredo, não é possível adotar esse tipo de sinalização, pois, segundo a **Resolução Nº 738 do CONTRAN (artigo 5º, inciso V, 2018)**, da qual discorre as condições para o recurso sugerido, não é permitida a instalação das faixas elevadas “em via com faixa ou pista exclusiva para ônibus”, como é o caso da via em estudo.

Um recurso muito utilizado no urbanismo tático, alinhado à ideia de propor intervenções pontuais de baixo custo e em pequena escala, mas que podem gerar mudanças comportamentais e culturais a longo prazo, é a pintura no chão da rua. Utilizada, principalmente, pra criar e diferenciar áreas exclusivas para o uso pelos pedestres das vias de circulação de veículos, sejam áreas de permanência ou circulação, esse recurso é eficaz no sentido de atrair visualmente o usuário e destacar para o motorista os espaços em que ele não deve circular, garantindo mais segurança ao pedestre.

Sendo assim, o que se pode propor para facilitar a travessia das vias pelo público alvo deste estudo é uma distribuição estratégica das faixas de pedestre no nível da via, considerando a localização das escolas e sabendo que os pedestres são orientados a atravessar na faixa de segurança mais próxima a 50 metros, e que essas faixas possam ser desenhadas de maneira diferente do comum, sendo mais atrativa aos usuários e destacando melhor na via. Propõe-se, inclusive, incluir as crianças do bairro na criação dessas faixas de pedestre, incentivando e utilizando-se do olhar da criança sobre os caminhos percorridos da escola até a Orla e da sua criatividade em aplicar formas e cores diversas, oferecendo um pouco da identidade da infância para, neste caso, a rua (Figura 40). Além disso, propõe-se a aplicação de sinalização vertical adequada que complemente a sinalização horizontal existente e garanta maior segurança para os pedestres no acesso à orla, e também no sentido contrário, como semáforos e placas indicativas, por exemplo, de travessia de estudantes na faixa de pedestre.



Figura 40: Exemplo de urbanismo tático em travessia de via em Rialto, Itália. Fonte: Tactile Urbanism; disponível em: <https://www.todeschini.com.br/blog/urbanismo-tatico-ja-ouviu-falar/> (2020).

Uma proposição que não envolve transformações físicas definitivas no espaço, mas que pode ser uma maneira muito eficaz de atrair crianças e adultos para ocupar, não apenas a orla, mas também outros espaços da rua, é a de limitar o acesso à avenida apenas para pedestres e usuários de bicicleta durante os fins de semana. Este tipo de intervenção vem sendo cada vez mais adotado em várias partes do mundo como forma de incentivar uma redução no uso de automóveis motorizados e de priorizar o indivíduo nos espaços da cidade, em detrimento do veículo. No Brasil, um exemplo conhecido dessa prática é a Avenida Paulista (Figura 41), em São Paulo, que, assim como outras ruas das cidades, vem fazendo parte, nos últimos 5 anos, de um programa de abertura de ruas para uso geral da população nos fins de semana: o *Ruas Abertas*.



Figura 41: Crianças praticam esporte na Avenida Paulista, fechada para carros nos fins de semana.
Fonte: Rede Esporte Pela Mudança Social; disponível em: <https://www.esportividade.com.br/com-atividades-gratuitas-paulista-ganha-mais-esporte-e-diversao-no-domingo-7/> (2020).

O que se propõe é que a Avenida General Euclides Figueiredo possa ser fechada, pelo menos aos domingos, para uso exclusivo de pedestres e ciclistas. Considerar um fluxo alternativo para os veículos motorizados (Figura 42) nos fins de semana é uma forma de incentivar os espaços da orla, já que facilita a travessia segura da avenida, assim como a ocupação da própria avenida, oferecendo mais espaço para as crianças brincarem, correrem e andarem de bicicleta com segurança.



Figura 42: Possível percurso alternativo para fechar a Avenida Euclides Figueiredo no trecho da Orla do Porto D'antas aos domingos. Fonte: Google Maps; modificada pela autora (2021).

Calçadas

A calçada é um importante instrumento de universalização do espaço público. Quando construídas de maneira adequada, considerando o uso indiscriminado por toda a população, conferindo segurança e conforto ao usuário, se torna mais uma forma de incentivo à adoção de cidades voltadas para a priorização do pedestre, consequentemente, mais atrativas para o acesso e vivência dos espaços públicos pelas crianças, foco deste estudo.

O Plano Diretor de Mobilidade de Aracaju (2015), inclusive, fala sobre a importância da adequação e padronização das calçadas, considerando as especificidades locais e, ao mesmo tempo, respeitando a acessibilidade universal, para demonstrar uma hierarquização do sistema viário onde a circulação de pedestres é considerada preferencial, sobre todos os

outros meios de circulação (p. 21). O documento estabelece, sugerindo para a aplicação de Programa de Calçadas onde:

A circulação dos pedestres com conforto e segurança implica na existência de calçadas adequadas, com dimensões e revestimentos adequados, com rampas e rebaixamentos dentro das normas estabelecidas. É de suma importância que os elementos que compõem uma calçada sejam apropriados ao livre deslocamento do pedestre, com mobiliário urbano, equipamentos e sinalização que não ofereça obstáculo, e que qualifiquem as calçadas. (p. 22)

O Manual do DNIT (2010) também apresenta considerações sobre a implantação de calçadas, expondo a necessidade de se considerar critérios para a sua construção, como: imprevisibilidade do comportamento dos pedestres em geral, em comparação ao dos automóveis; demandas específicas do local de implantação; e, principalmente, a necessidade de estabelecer a acessibilidade universal. O princípio da acessibilidade universal, inclusive em calçadas, é trabalhado na Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050:2015/Em1:2020). Ainda que não exista nesse documento menção direta à execução de projetos segundo as necessidades das crianças, é ela que institui as diretrizes específicas para a construção de calçadas com acessibilidade universal em todo o país, conceito este que inclui, não apenas pessoas com alguma deficiência física, mas também idosos, adultos com criança de colo e crianças.

Analisando o trecho de calçada adjacente à Orla do Porto Dantas, que tem 2,00 m de largura total, não encontramos maiores problemas com a largura mínima obrigatória para a estrutura, no que diz respeito à área de passeio, necessária para atender de maneira segura e confortável aos pedestres. Considerando o texto da NBR 9050, que institui que as calçadas como a do estudo, que não são adjacentes às construções, devem seguir atender aos seguintes pontos:

6.12.3 Dimensões mínimas da calçada

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso, conforme definido a seguir e demonstrado pela Figura 88:

a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m;

b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;

c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas.

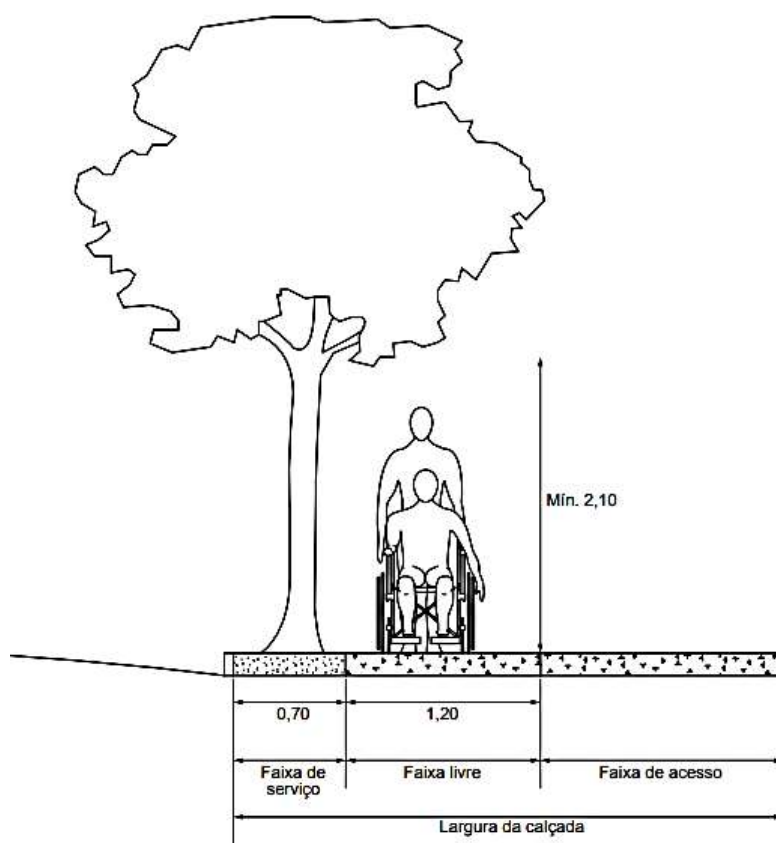


Figura 88 – Faixas de uso da calçada – Corte

(p. 75, 2020)

A faixa de acesso citada, diz respeito às calçadas adjacente a lotes construídos, portanto, não é obrigatória na área em análise. No entanto considerando a necessidade de uma faixa de acesso, adjacente à via, onde seja possível a implantação de rampas de acesso à calçada, as dimensões existentes não são suficientes, ainda que a faixa de serviço já esteja definida entre a calçada de largura e os espaços da orla, os 2,00 m existentes não são suficientes para atender à faixa livre de passeio e as rampas de acesso por travessia.

Sendo assim, outro problema de mobilidade observado nas calçadas são as rampas de acesso existentes no local, que também não estão em acordo com as normas, já que não têm a profundidade mínima exigida, considerando 8,33% de inclinação máxima, e ainda ocupam parte do espaço da faixa livre mínima de 1,20 m obrigatória (Figura 43). Além disso, algumas dessas rampas de acesso estão localizadas de maneira inadequada com relação às questões de segurança necessárias para o pedestre, sendo ele usuário de cadeira de rodas ou não, já que estão implantadas em trechos onde não existem faixas de pedestre para auxiliar na travessia segura da via (Figura 44).

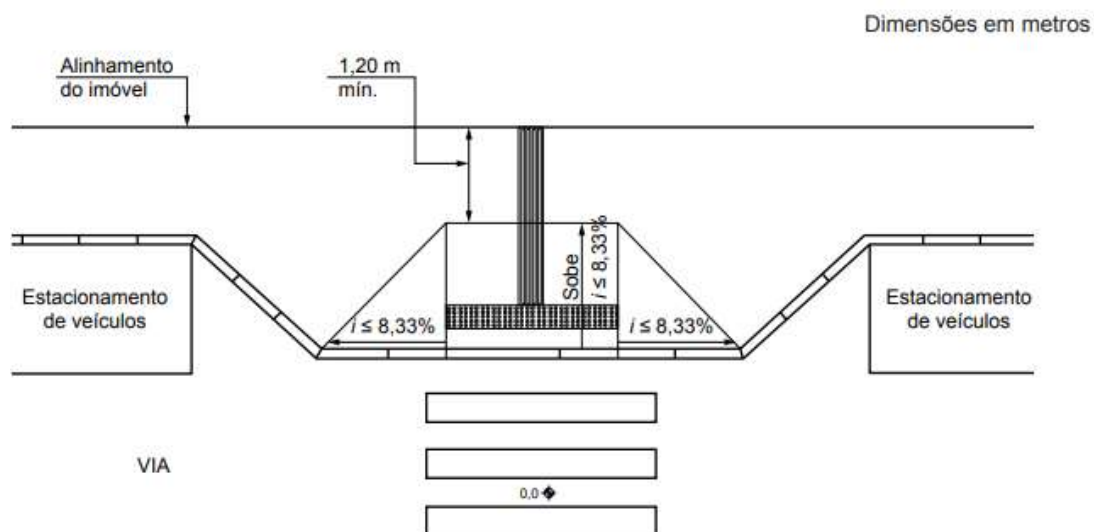


Figura 43: Diretrizes para execução de rampas de acesso em calçadas. Fonte: ABNT/NBR 9050; disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=461490> (2020).



Figura 44: Acessos irregulares na Avenida Euclides Figueiredo. Fonte: Autora (2020).

Onde a calçada está imediatamente adjacente à via, mais especificamente, à faixa exclusiva para ônibus, também não há nenhum tipo de separação, além do desnível do meio fio, que possa oferecer uma experiência mais segura para o pedestre, principalmente, para as crianças, que costumam transitar de maneira mais instável pelas calçadas. Normalmente, a faixa de acesso, que contém as rampas de acesso, também pode servir como faixa de segurança entre passeio e via. Algum tipo de intervenção nessa área, com implantação de possíveis barreiras ao longo da faixa de acesso, exceto nos pontos de rampa, podem, junto com a possível ampliação da calçada e da adequação dos elementos instituídos pelas normas

técnicas, ser benéficos para a ampliação do acesso à Orla pela faixa etária da infância, em todas as suas fases.

Outro problema que pode ser considerado é a falta de arborização necessária para o conforto do usuário no trajeto. Considerando que o bairro é marcado por um clima quente, a arborização dentro da orla é necessária para possibilitar um uso mais intensos dos espaços durante os horários do dia. Como já citado existe uma faixa de serviço, não-pavimentada entre calçada/ciclovía e o restante da Orla, onde, inclusive, estão localizados os postes de iluminação, no entanto, não há nenhuma árvore plantada nessa área. A implantação de outros mobiliários, como bancos, nessa faixa é dificultada porque ela representa o declive do terreno, mas é propícia para uma possível arborização que torne a experiência do pedestre mais confortável. Em alguns pontos, inclusive, foram colocados bancos ocupando o espaço de passeio da calçada, o que não é o ideal e nem funcional durante o dia, já que não é proporcionado nenhum tipo de sombreamento (Figura 45).



Figura 45: Relação calçada/ciclovía/canteiro. Fonte: Autora (2019).

A ausência de sinalização tátil na calçada também se apresenta como um aspecto inadequado para estabelecer a acessibilidade universal na área. Este tipo de sinalização voltada para pessoas com algum nível de deficiência visual, também está prevista pela NBR 9050 e, portanto, deve fazer parte de um projeto voltado para o incentivo à utilização dos espaços públicos por toda a população, principalmente, em passeios e acessos a partir de travessias.

Ciclovias

Outro problema de mobilidade que pode ser destacado na Orla está na construção da ciclovia. Esta contém interrupções bruscas e desvios, que são um grande problema para qualquer ciclista, mas muito maior para as crianças que poderiam utilizar bicicleta na região.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) estabelece diretrizes para a construção de ciclovias no Brasil, através do Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas (2010), que tem como objetivo, “reunir a informação necessária para a elaboração dos projetos geométricos de travessias urbanas por rodovias federais, de acordo com as normas em vigor no país” (p.25). No manual o DNIT também procura definir orientações sobre elementos não abordados de maneira aprofundada em outras normas, como é o caso das ciclovias. No Plano Diretor de Mobilidade Aracaju (2015), por exemplo, só se cita ciclovia quando se fala da necessidade de reestruturação desse recurso, com ampliação e padronização de ciclovias “segundo as normas estabelecidas”, não há informações mais específicas.

Tomando então, como base, o Manual do DNIT, especificamente, o tópico que trata sobre os “Critérios e Controles de Projeto” (p. 57), inclusive, voltados para o ciclista, é possível observar muitos problemas na ciclovia adjacente e construída em conjunto com a Orla do Porto Dantas e concluir que, devida a insegurança que ela oferece, esta não resulta em ser atrativa para o uso ilimitado por crianças de qualquer faixa etária.

Primeiramente, a largura total de 1,20 m é admitida como mínima para qualquer via unidirecional destinada a uso exclusivo ou preferencial de ciclistas, segundo o DNIT, isso considerando o respeito à velocidade máxima admitida na via adjacente à orla, de 30km/h. A ciclovia em questão tem de largura 1,50 m, o que seria suficiente se ela não fosse uma ciclovia bidirecional, em caso de ciclovias bidirecionais, define-se 2,40 m (Figura 46) como a largura mínima admitida, sendo 3,00 m a ideal, assim que, a ciclovia em questão é demasiada estreita, ainda que não atenda um grande fluxo de ciclistas.

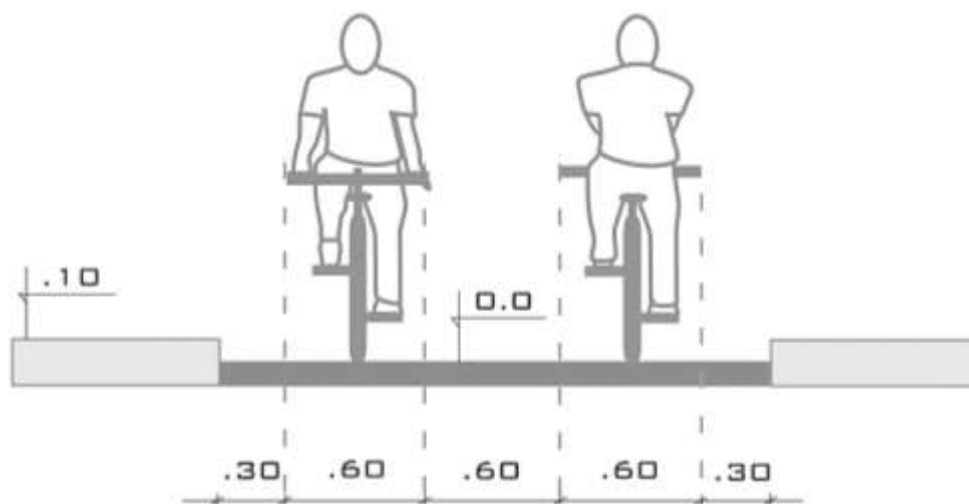


Figura 46: Dimensionamento de ciclovia segurando diretrizes do DNIT. Fonte: Cadernos de Desenhos de Ciclovia (2010, p. 55); disponível em: https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/01/24%20-%20BRASIL_Caderno%20de%20Desenho_Ciclovia.pdf (2020).

Levando em consideração que a ciclovia analisada está colada à faixa exclusiva para ônibus, a estrutura é considerada ainda mais insegura para o usuário de bicicleta. Durante os primeiros 1/3 do trajeto da ciclovia no sentido Nossa Senhora do Socorro – Aracaju, aproximadamente, a ciclovia está localizada entre a calçada e os espaços internos da orla, após esse trecho acontece uma mudança, inexplicável, da localização entre calçada e ciclovia e não existe nenhum elemento que suponha uma barreira entre a faixa para ônibus e a estreita ciclovia, exceto que esta última está no nível do meio-fio, há 10 cm de altura. Em resumo, não há qualquer espaçamento entre a faixa exclusiva para ônibus e a maior parte do trecho da ciclovia, supondo insegurança elevada para o ciclista, em caso de quedas ou desestabilidade de veículos, ônibus, nesse caso. Sobre o aspecto da ciclovia ser adjacente à via, o Manual do DNIT estabelece:

É desejável que a ciclovia não seja adjacente à rodovia. Uma área livre, intermediária, é conveniente, para confirmar, tanto para o ciclista como para o motorista, que a ciclovia funciona como uma pista independente para as bicicletas. Quando isso não for possível e a distância entre a ciclovia e a rodovia for menor que 1,50 m, deve-se prever uma separação física adequada. Essa separação serve, tanto para evitar que os ciclistas façam movimentos indesejáveis entre a ciclovia e o acostamento da rodovia, como para reforçar o conceito de independência das duas vias. (p. 127-128)

Além desses aspectos, cabe-se atentar para a descontinuidade da estrutura da ciclovia, que se inicia a partir da orla e não do bairro, muito menos tem alguma ligação com ciclovia estendida desde o município de Socorro. Essa situação também é considerada indesejável, já que supõe a vulnerabilidade do ciclista no restante do trecho, que passa a não ter uma área garantida para transitar com segurança e ter que competir por espaço com veículos motorizados, dentre eles, ônibus, carros e motocicletas.

Adequar a ciclovia em análise é ainda mais importante para estimular o acesso das crianças e do restante da população não motorizada, em geral, considerando critérios estabelecidos pelo DNIT que se aplicam na área de estudo, como o nível de habilidade e preferência dos usuários: “As vias próximas a escolas, parques e áreas residenciais devem atrair uma percentagem maior de ciclistas infantis e inexperientes do que de ciclistas veteranos.” (p.115). Além do critério que leva em consideração não apenas a paisagem, que no caso da Orla é um aspecto forte devida a relação com o mangue, mas também o conforto no trajeto: “A paisagem é uma consideração importante ao longo de uma via, especialmente quando seu objetivo principal é recreativo. Árvores refrescam o ambiente no verão e atuam como quebra-vento.” (p. 116)

A partir da análise dessas deficiências e das diretrizes do DNIT para a implantação de uma ciclovia segura e funcional, sugere-se algumas mudanças na ciclovia conjunta a Orla do Porto Dantas: a possibilidade de ampliar a largura da estrutura da ciclovia, em detrimento da largura da via, visando priorizar à bicicleta, em detrimento dos veículos motorizados, principalmente, os individuais, como carros e motocicletas; a criação de algum tipo de barreira adequada para criar uma separação mais segura entre a via e a ciclovia; suavizar os desvios e interrupções na ciclovia, dando continuidade à estrutura, onde possível, ou utilizando recursos aplicáveis aos casos observados no trecho em estudo; possibilidade de arborização do trecho por onde se estende a ciclovia da Orla.

5.2. ESPAÇOS DE BRINCAR

Brinquedos

Como já citado nesse trabalho, o brincar é considerado um aspecto essencial para o desenvolvimento pleno de qualquer criança e um direito garantido à infância no Brasil, assim como um aspecto que deve ser priorizado na criação de políticas públicas, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (2019). Desde que o brincar passou a ser considerado, mais do que importante, essencial para a existência de uma sociedade mais democrática, tomando a infância como a raiz dessa transformação, ampliou-se a preocupação em garantir condições adequadas para que toda criança possa brincar e ter acesso a equipamentos voltados para a brincadeira, que sejam capazes de influenciar direta e positivamente em seu desenvolvimento, assim como dos estudos que buscam comprovar e se aprofundar nesse aspecto do brincar.

O ECA institui que na educação das crianças devem estar incluídas atividades voltadas para o brincar, que auxiliem no desenvolvimento da criança em todos os aspectos, e que é uma obrigação pública garantir condições adequadas para tal, principalmente quando se fala

sobre a Primeira Infância. O texto da Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, especifica para essa faixa etária, estabelece os seguintes pontos:

Art. 5o Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente (...). (p. 188)

Art. 17 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades. (p. 192)

Seguindo essa linha, muitos autores falam sobre a importância do brinquedo como um dos suportes que estimulam o brincar. Para Gilles Brougère, na obra “Brinquedo e Cultura” (2010) é essencial considerar os aspectos social e simbólico do brinquedo, que, além de ser um produto social, visto que reflete a cultura em que se insere, funciona, também, como um prolongamento do corpo, sendo mais que um instrumento na brincadeira, traz para a criança imagens, representações, universos imaginários, estrutura o conteúdo da brincadeira, sem, no entanto, limitar a ação da criança. Segundo o autor: “O brinquedo aparece, então, como suporte de aprendizagem nesse nível enquanto fonte de confrontações com significações culturais que se enxertam na dimensão material do objeto.” (p.48)

Através desses estudos, pode-se perceber como o brinquedo é capaz de estimular aspectos na criança que são essenciais para a sua formação. Quando o ambiente por si só não oferece condições que propiciem o exercício desses aspectos, o brinquedo é capaz de desempenhar esse papel no desenvolvimento infantil. Assim como, os equipamentos de brincar nos espaços públicos podem servir como ferramenta para potencializar o estreitamento da relação da criança com a cidade. Para tanto, cabe entender a importância do brinquedo e do brincar e tomar como algo sério e carente de atenção nos projetos de espaços públicos que atendem à infância.

Como apontam muitos estudiosos, os equipamentos de brincar em espaços públicos que promovam a exploração de diferentes possibilidades são necessários para a construção de áreas realmente voltadas para o uso infantil, que estimulam a educação em diversos aspectos. Como afirma Edda Bomtempo (1987):

Dando à criança acesso a diferentes tipos de materiais como cubos, tintas, areia, água, brinquedos de diferentes tamanhos e forma, bem como a liberdade de explorá-los à sua maneira, estaremos proporcionando o desenvolvimento de sua habilidade de reconhecer objetos e ações, de distingui-los entre si, de tomar consciência de suas similaridades e diferenças e, finalmente, de abstrair, classificar e simbolizar. E isso tudo virá, naturalmente, de uma rica e ativa vida de brincadeiras. (p. 6)

Existem atualmente muitas organizações, grupos de pesquisa e projetos que buscam criar e oferecer alternativas de brincar, sejam em equipamentos ou outras ideias de intervenções nos espaços públicos, que são pensados da melhor maneira a proporcionar estímulos aos desenvolvimentos físico, cognitivo e social e emocional das crianças.

Tomando como base os estudos de caso apresentados nesse trabalho e outros exemplos existentes, visando para a área analisada condições que a tornem mais inclusiva para todas as faixas etárias da infância, é possível observar que não houve preocupação em considerar as necessidades do público alvo na hora de projetar os espaços físicos que foram definidos para serem utilizados pelas crianças, caracterizados, não apenas pelo caráter engessado e generalizado dos equipamentos implantados, mas também pela aridez e abandono (Figura 47), já que não oferecem atrativos suficientes para o uso constante.



Figura 47: Condições dos espaços destinados às crianças na Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).

Sendo assim, propõe-se para essas áreas, ainda respeitando o zoneamento existente, adequações dos espaços e equipamentos de brincar, a partir dos critérios que devem servir de base para a criação de espaços mais estimulantes e, conseqüentemente, mais atrativos ao olhar e às necessidades da infância: aspectos do desenvolvimento, fases da infância e "atrativos ao olhar infantil"

Brinquedos voltados a auxiliar no desenvolvimento cognitivo são aqueles que: procuram estimular a curiosidade e a descoberta, despertando na criança o desejo de aprender na brincadeira e fora dela, todos os dias; propõem a resolução de problemas, apresentando desafios, simples ou mais complexos, dependendo da faixa etária à que esteja

destinado; e os brinquedos que estimulam a imaginação e a criatividade, exercícios fundamentais para a formação de crianças que podem contribuir com as mudanças nos ambientes em que estão inseridas. Fases ex. de brinquedos

O desenvolvimento físico, como já citado, envolve as habilidades sensoriais, motoras finas e grossas, e acompanham a crianças em todas as suas fases, portanto, merecendo atenção especial. Os brinquedos que podem auxiliar nesse desenvolvimento, respectivamente em cada aspecto, são aqueles que: estimulam os sentidos, visão, audição e tato, que são as primeiras janelas para o aprendizado da criança, despertando áreas do cérebro da criança; promovem o exercício do pegar com as mãos, essenciais na fase da primeira infância, inclusive, para a iniciação escolar; e os que estimulam a coordenação motora grossa, também imprescindível para a primeira infância, mas que não para de ser refinada ao longo do desenvolvimento da criança.

A formação da personalidade da criança está ligada aos desenvolvimentos social e emocional e, portanto, à capacidade de expressar ideias e opiniões, compartilhar com outras crianças e a capacidade de ser ouvinte. Brinquedos e brincadeiras que estimulem os exercícios em grupo, as trocas, a ajuda, assim como aqueles que possibilitem expor os pensamentos e promovam o divertimento, são essenciais para ajudar a desenvolver e fortalecer a confiança, a segurança, o bem estar e, conseqüentemente, as conexões emocionais da infância com o meio. Esses recursos podem ser essenciais para o desenvolvimento pleno e saudável das crianças em todas as faixas etárias da infância.

No que diz respeito à segurança nas áreas de brincar, de acordo com dados do Ministério da Saúde, de 2012 a 2015, foram registradas 1.842 internações e 10 mortes de crianças de zero a 14 anos em decorrência de quedas envolvendo playgrounds³. Considerando esses dados e o texto da Norma Brasileira de Segurança de brinquedos de playground (ABNT NBR 16071:2012), que “estabelece requisitos mínimos de segurança que visam evitar os perigos apresentados por equipamentos para brincar, projetados para instalação permanente ao ar livre”, bem como regulamenta medidas de segurança para a fabricação, instalação e manutenção de parquinhos, os brinquedos propostos, retirados do estudo de caso ERÊ Lab (Figuras 48 a 58), seguem as normativas específicas de segurança para evitar acidentes que podem ser sofridos pelas crianças. Além disso, propõe-se que os equipamentos que trabalham as atividades motoras sejam instalados nos espaços onde o piso

³ Disponível em: < <https://criancasegura.org.br/noticias/politicas-publicas/crianca-segura-pede-que-norma-da-abnt-que-trata-de-parquinhos-seja-obrigatoria/> >. Acesso em: dez. 2020.

seja em areia ou a paginação seja trabalhado com pisos que absorvam impactos, como os de borracha.



Figura 48: “Mangue”, brinquedo inspirado nas raízes da vegetação dos manguezais, estimula o desenvolvimento motor fino e bruto pois propõe movimentos de escalada, equilíbrio e força muscular aliados à necessidade de coordenação, precisão e planejamento das ações. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 49: “Horizonte”, brinquedo desenhado a partir da ideia de skyline que promove a aventura dentro de um mundo lúdico feito de tubos e conexões com diversas possibilidades de montagem, para crianças desde a primeira infância. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).

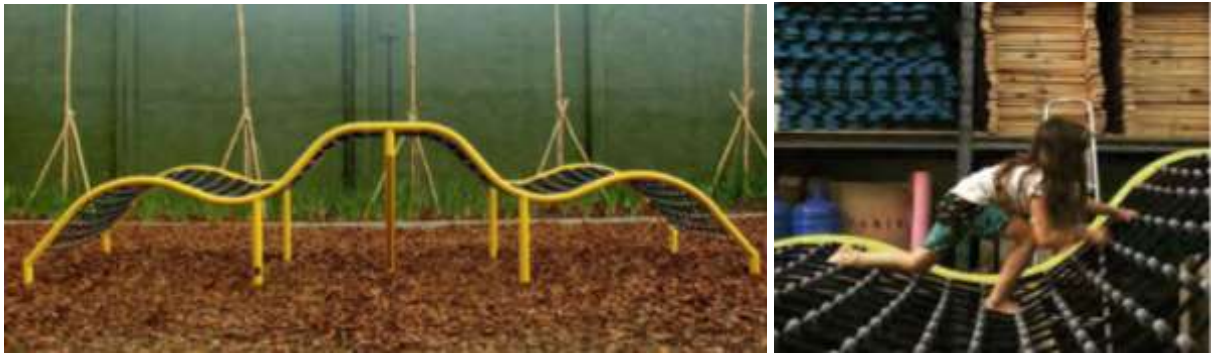


Figura 50: "Escalada m", brinquedo que promove a coordenação motora, as noções de espaço e a força física, permite à criança escalar, tomar decisões, assumir riscos e, assim, conhecer seus limites. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 51: "Pedras de borracha", simula um conjunto de pedras naturais, feitas de borracha de pneu reciclado, convidando a um jogo de equilíbrio, que desenvolve a autoconfiança, para crianças a partir de 2 anos. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 52: "Escalada pirâmide 1", permite a crianças de todas as faixas etárias exercitar o equilíbrio e fortalecer braços e pernas. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 53: "Túnel triângulo", brinquedo inspirado em formas geométricas, estimula a socialização das crianças ao atravessá-lo, para crianças de todas as faixas. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 54: "Cubo com elásticos", para a criança exercitar o cognitivo através da análise das possibilidades de atravessar os espaços passando entre os elásticos. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 55: "Casa palafita", brinquedo que busca traduzir o sonho da casa na árvore trazendo referências da arquitetura brasileira, como as casas palafitas, comuns no Norte do Brasil, e elementos da arquitetura modernista como pilotis, cobogós e brises, instigando o explorar da criança e a possibilidade de considerar um abrigo seguro. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 56: "Parede do mar", parede com brinquedos interativos inspirados em elementos aquáticos que instigam o imaginário das crianças desde a primeira infância. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).



Figura 57: "Tan-tan", conjunto composto por cinco tambores em diferentes alturas, permitindo que crianças de diversas idades possam tocar juntas, interagindo com o ritmo e criando melodias. Promove, assim, a musicalização infantil que estimula o desenvolvimento da coordenação motora, da capacidade de memorização, disciplina e autoestima. Fonte: Catálogo ERÊ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).

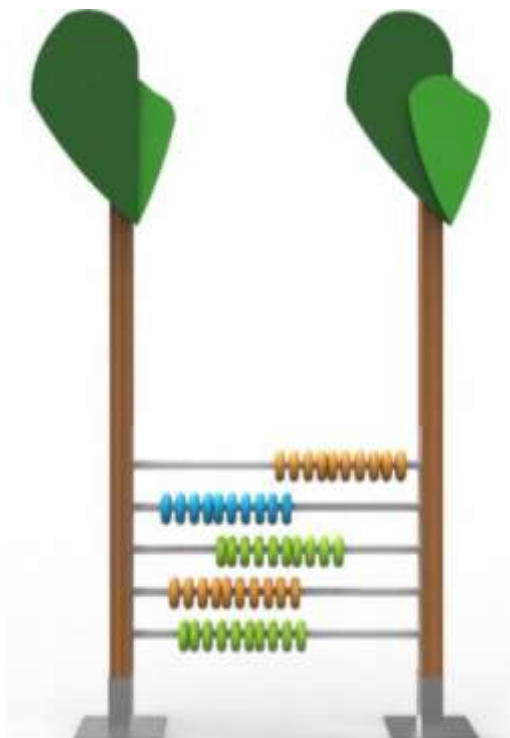


Figura 58: "Ábaco", indicado para todas as idades, na primeira infância incentiva a descoberta e estimula à coordenação motora fina e em outras faixas etárias serve para introduzir princípios matemáticos auxiliando no aprendizado escolar. Fonte: Catálogo ERÉ Lab; disponível em: <http://erelab.com.br> (2020).

Conforto Ambiental

Assim como a falta de sombreamento nas calçadas e ciclovia da Orla do Porto Dantas é um ponto negativo da área, considerando que esse fator tende a afastar as pessoas dos espaços públicos, os espaços destinados ao brincar também são carentes de arborização. A Orla está adjacente ao Mangue, como já citado, e esse é um aspecto que proporciona um certo conforto para os usuários, já que a paisagem verde foi preservada pela implantação do projeto, no entanto, esse fator não deveria excluir a necessidade de arborização dentro dos espaços da Orla.

É perceptível que a aridez nos espaços é um aspecto decisivo para o esvaziamento destes durante as horas do dia, pois não há como ocupar os espaços sendo expostos totalmente ao sol. Com exceção das áreas destinadas ao esporte, não se observa utilização plena dos outros espaços durante o dia, principalmente, das áreas voltadas para a criança.

Além disso, a arborização urbana no Brasil tem sido uma preocupação dos ambientalistas, uma vez observados os benefícios dessa ação para a sociedade. Apesar dessa questão ainda não receber a devida importância nos projetos dos espaços públicos, exemplos de que ações pouco sofisticadas, mas com muita técnica e conhecimentos específicos, é capaz de proporcionar muitos benefícios para a comunidade que recebe em

suas ruas praças e avenidas um projeto de arborização urbana. A esse respeito explanam Pivetta e Silva Filho (2002), “as vegetações, em virtude dos seus incontáveis benefícios no meio urbano, exercem um papel fundamental para reestabelecer a relação do homem e o meio ambiente, em que a qualidade de vida é o principal objetivo” (p. 54). Logo, a presença do verde das plantas nos espaços urbanos torna-se uma condição fundamental para equilibrar a qualidade ambiental nas urbes.

Pouco se considera que a arborização urbana, além de ser uma forma de estimular e priorizar os pedestres na cidade, também traz inúmeros benefícios para uma maior qualidade de vida da população, ainda mais àquela, alvo desse estudo, que está em fase de desenvolvimento, tais como: amenizar as questões climáticas por meio da diminuição das amplitudes térmicas, melhorar o ar a ser respirado, diminuir a poluição sonora, absorve a poluição da atmosfera contribuindo ao refúgio da fauna, promovendo desta forma a ampliação da biodiversidade.

O Plano Diretor de Aracaju (2000), inclusive, define, assim como a preservação e proteção do meio ambiente natural, a garantia da “qualidade ambiental dos espaços urbanos, representados pelo desenho urbano planejado, das avenidas e praças, marcos de referência, e interação harmoniosa com o meio natural” (pg. 8) como uma das diretrizes “Da Política de Desenvolvimento Urbano”.

Levando em consideração os pontos apresentados, propõe-se a arborização estratégica dos espaços da Orla, principalmente, dos espaços de brincar, visando ambientes mais atrativos e funcionais para qualquer horário do dia, através da promoção do bem-estar e, conseqüentemente, de uma maior qualidade de vivência dos frequentadores da Orla do Porto Dantas. Propõe-se, ainda, para essa arborização urbana uma ação conjunta com as escolas do bairro para que as crianças possam realizar o plantio de árvores na Orla, auxiliadas **pelo Plano Municipal de Arborização Urbana de Aracaju-SE, que objetiva, principalmente,** “definir diretrizes para o planejamento, a implantação e o manejo adequado da Arborização Urbana no município de Aracaju” (p. 15). O documento define:

As praças públicas são um dos espaços mais importantes para o lazer da população de alguns bairros do município de Aracaju-SE. Além de ser um espaço destinado ao lazer, a prática de esportes e a interação social de uma comunidade, constituem uma categoria do sistema de áreas verdes de uma cidade que quando estão associadas à vegetação (principalmente de porte arbóreo) proporcionam um conforto térmico mais agradável (microclima) e embelezam a estética da paisagem urbana. (...)

Logo, percebe-se a importância de se determinar o percentual máximo de impermeabilização da praça e alocar nos projetos a máxima quantidade de árvores possível, as quais estejam distribuídas por toda área da praça.

Como o documento citado recomenda, propõe-se focar no plantio das espécies nativas, que apresentam folhagem perene e que fornecem bom sombreamento, como a espécie, popularmente conhecida, pau-ferro (*Caesalpinia ferrea* Mart.) e a frutífera espécie conhecida como pitangueira (*Eugenia uniflora* L).

Promover o plantio das árvores nos espaços públicos pelos usuários pode ajudar a garantir o fortalecimento de uma relação do indivíduo, neste caso, da criança, com a ideia de ser responsável pelo cuidado e preservação do seu meio.

5.3. PERTENCIMENTO

Espaços públicos pensados para a inclusão da criança na cidade e estímulo à sensação de pertencimento nesses espaços, não devem se resumir à disponibilidade de equipamentos de brincar, mas sim, considerar todas as necessidades da infância e, portanto, se preocupar com a disponibilização de equipamentos públicos voltados a promover a utilização mais massiva desses espaços por todas as fases da infância. Sendo assim, instrumentos que estimulem a permanência das crianças nos espaços oferecidos, bem como atrativos voltados também para os adultos responsáveis que acompanha à essas crianças, devem aparecer em conjunto com os equipamentos de brincar nos projetos das áreas públicas de lazer nas cidades.

Propõe-se, então, disponibilizar outros aparelhos públicos, nada complexos, mas que podem ser essenciais na criação de espaços mais democráticos e funcionais, enriquecendo a experiência da infância na cidade e ajudando a fortalecer a relação entre ela e os espaços de brincar, consequentemente, entre a criança e os espaços públicos de maneira geral.

Dentre esses aparelhos podem ser citados os banheiros públicos, recurso eficaz para a promoção da permanência de toda a população que utiliza os espaços públicos. Considerando o público alvo deste estudo, sugere-se a disponibilidade, principalmente, de banheiros exclusivos para as crianças e que possam ser utilizados, também, como trocador de fraldas, para as crianças na faixa da primeira infância que necessitam desse cuidado constantemente. Localizar esses banheiros nas áreas voltadas para essa faixa etária é a melhor opção para o seu propósito ser mais eficaz.

Outro aparelho, simples, mas que pode ser de grande atrativo para a permanência nos espaços da Orla, pois também atende à uma necessidade constante das crianças e adultos, é o bebedouro. Com os cuidados e manutenção adequada, os bebedouros (Figura 59) em espaços públicos podem ser muito eficazes na função de fornecer conforto aos frequentadores, consequentemente, auxiliando, de alguma, na reversão do esvaziamento dessas áreas.



Figura 59: Bebedouro projetado para atingir o público de forma ampla. Fonte: Complexidade Dinâmica; disponível: <https://complexidadedynamica.wordpress.com/2015/10/25/design-urbano-para-o-bem-comum-bebedouro-publico/> (2020).

Disponibilizar bancos ou outros tipos de assento também é essencial e, geralmente, o tipo de mobiliário existente em qualquer espaço público de permanência, inclusive, na Orla objeto desse estudo. O que acontece é que, tanto nessa área, quanto na grande maioria dos espaços públicos, os assentos disponíveis não são capazes de conferir conforto adequado aos usuários, seja pela falta de ergonomia, pelo material utilizado ou pela sua localização, muitas vezes, em áreas onde não há nenhum tipo de cobertura que forneça sombreamento para quem poderia utilizá-los durante o dia. Propor bancos confortáveis e bem localizados é uma alternativa necessária, principalmente, visando a necessidade dos adultos que costumam às crianças nesses espaços.

Para o fortalecimento da sensação de pertencimento, também é importante estabelecer uma relação de cuidado com os ambientes, deixando clara a ideia de que o espaço público é da população e esta deve ajudar a preservá-los. Essa definição clara de papéis é essencial para a infância, fase em que o ser humano deve começar a entender seus direitos e deveres, a formar suas opiniões e a, assim, começa a exercer cidadania. Existem aparelhos, já bastante utilizados em outros espaços, que podem ser implementados na área de estudo para estimular na criança o cuidado com a cidade, dentre eles: lixeiras distribuídas em toda a área e que sejam, de alguma, capazes de despertar a curiosidade das crianças;

sinalização com orientação de cuidados necessários aos espaços, possivelmente, produzida pelas próprias crianças junto com a escola, a partir do seu ponto de vista.

Exercer cidadania na fase da infância também é se fazer ser ouvido, expressar suas percepções, ideias, vontades e opiniões para a construção de cidades mais inclusivas. Cabe às esferas públicas garantir e estimular as crianças a se posicionarem sobre os espaços públicos que frequentam, ou que gostariam de frequentar, assim como institui o ECA. Pensando nisso, propõe-se para a Orla um espaço destinado para a criança se manifestar, através de escrita ou de desenhos, suas percepções sobre o bairro Porto Dantas ou sobre o espaço público em estudo.

Por último, um equipamento que é essencial para atender às crianças e que deve ser assegurado pela lei para todas as crianças é a creche, mas o bairro Porto D'antas não dispõe desse recurso. Existe um terreno entre a orla e o conjunto José Eduardo Dutra que é designado como “área institucional”, ou seja, onde deve ser construída uma instituição pública, mas que no momento não está ocupado. Nesse caso, a proposta é que seja construída uma creche pública nesse terreno que possa atender crianças de todo o bairro, em especial, às residentes ao conjunto residencial. Dessa maneira, é possível criar uma relação entre a orla e as crianças que forem utilizar a creche, já que a área de implantação fica bem próxima à orla, em frente a uma das áreas de brincar, inclusive.

5.4. ESPAÇOS CULTURAIS

Como já abordado anteriormente, o acesso às manifestações culturais é um direito designado à infância através do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como o direito ao brincar e ao lazer, sendo dever do Estado garantir o exercício desse direito promovendo programações culturais que sejam direcionadas, também, para as crianças (p. 45). Sobre cultura, o ECA institui: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (p. 45)”. Olhando especificamente para o município de Aracaju, o Plano Diretor da cidade estabelece:

CAPÍTULO II – DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 14 – Constituem diretrizes para a preservação do Patrimônio Cultural:

VII - promover o acesso e a participação da população às informações relativas ao patrimônio cultural do Município, proporcionando eventos culturais e oportunidades de estudos específicos em escolas, museus e bibliotecas, com a finalidade de integração entre a educação e a cultura; (p. 15)

Sendo assim, como vários estudiosos, o ECA e o PDDU reconhecem que se deve considerar os aspectos socioculturais como intrínsecos à infância e essenciais para o seu desenvolvimento, bem como para o desenvolvimento de cidades mais humanas, onde as especificidades culturais são preservadas e respeitadas na concepção dos projetos dos espaços públicos. Para Mario Sergio Cortella (2001), por exemplo, ser humano e cultura são indissociáveis, um conceito sempre acaba sendo produto das relações do outro com o meio de origem e consigo mesmo, dessa maneira é essencial enxergar a importância da cultura para a formação das crianças e para o fortalecimento da relação infância x cidade. Sobre o tema, Cortella discorre:

Nós humanos somos, igualmente, um produto cultural; não há humano da cultura, pois ela é o nosso ambiente e nela somos socialmente formados (com valores, crenças, regras, objetos, conhecimentos etc.) e historicamente determinados (com as condições e concepções da época na qual vivemos). Em suma, o homem não nasce humano, e sim, torna-se humano na vida social e histórica no interior da cultura. (p. 37)

Ter acesso a brinquedos e brincadeiras que refletem a sociedade em questão já é uma forma de acessar aspectos culturais, já que, em uma perspectiva sócio-histórica, a brincadeira é considerada uma atividade cultural, pois está intrinsecamente ligada ao contexto sociocultural da criança. Para Brougère (2010), em toda brincadeira existem influências de algum contexto social e cultural, sendo assim, a criança desde o início da vida se encontra inserida em um contexto social e seu comportamento estará, portanto, interligado à sua relação com a cultura.

Se pode concluir, então, que o acesso a outras manifestações culturais deve complementar o papel do brincar nos desenvolvimentos físico, cognitivo e social da criança. Tomando como aspecto, também, a capacidade da cultura em promover aos espaços físicos a sensação de pertencimento, propõe-se nesse trabalho interligar os conceitos de maneira a oferecer instrumentos de exercícios da cultura nos espaços da Orla do bairro Porto Dantas.

O esporte é a única manifestação cultural que, como observado, foi levado em consideração na hora de projetar a Orla, conseqüentemente, a prática de esportes é a atividade que mais movimenta os espaços. São várias as quadras esportivas existentes, além da ampla área específica para a prática de skate, espaços constantemente utilizados, principalmente, pelos adolescentes.

O que se sugere agora, é que sejam proporcionadas na área condições para a realização de outras manifestações culturais, sendo essas promovidas pelo poder público, com a possibilidade de serem realizadas em conjunto com as escolas e os estudantes do bairro. Espaços amplos e livres, que oferecem certo conforto ambiental, por si só, já são

capazes de estimular o exercício da cultura através de manifestações de música, dança, teatro, bem como das brincadeiras tradicionais que não necessitam de equipamentos específicos, que são capazes de enriquecer a formação de qualquer criança. Pensando nesses espaços livres, também se propõe a designação de uma área específica para apresentações, com disponibilidade de um palco baixo acessível e cobertura (Figura 60) para amenizar ação do sol, acompanhado de possibilidades para acomodação de plateia.



Figura 60: Cobertura em metal em parque dentro dos bairros Great Park em Irvine, Califórnia. Fonte: RSM design; disponível em: <https://rsmdesign.com/work/the-pools-irvine-ca> (2020).

Além disso, observando como estão presentes em alguns espaços da Orla as manifestações culturais através do grafite, propõe-se a disponibilidade de espaços, mais especificamente, de muretas ou painéis, que possibilitem esse tipo de manifestação de maneira mais ampla e acessível para todos. Visando, também, conferir aos espaços um toque mais pessoal da população que deve acessá-los.

Uma área de permanência e contemplação, com assentos e sombreamento adequado, adjacente a um trecho do mangue também é proposta, como forma de promover um espaço de integração dos usuários com o ambiente natural, nesse caso, o mangue.

5.5. SÍNTESE DAS PROPOSIÇÕES

<p>MOBILIDADE</p>	<p>Travessia</p>	<p>Sinalização Horizontal: ampliação do número de faixas de pedestre; localização estratégica das faixas; destaque visual através de pintura no piso da pista.</p>
--------------------------	------------------	--

		Sinalização vertical: implantação de semáforos; placas indicando travessia de escolares.
	Calçadas	Ampliação; arborização em faixa de serviço; Inclusão de sinalização tátil; adequação de rampas de acesso; adequação de desníveis entre calçada e ciclovia.
	Ciclovias	Ampliação; diminuição de desvios e de mudança na localização; arborização; compatibilização entre travessia e acesso através da via.
ESPAÇOS DE BRINCAR	Brinquedos	<p>Desenvolvimento Cognitivo: Brinquedos e intervenções interativos que estimulem percepção visual, dos sons e das ciências.</p> <p>Desenvolvimento Físico: Brinquedos e intervenções que estimulem as atividades físicas e a autonomia das crianças na primeira infância.</p> <p>Desenvolvimento Psicossocial: Brinquedos que estimulem a expressão das ideias, as trocas e as conexões emocionais.</p> <p>De acordo com os requisitos de segurança mínimos; instalação sobre paginação de piso que absorva impactos.</p>
	Conforto Ambiental	Arborização dos espaços, com plantio de espécies nativas e com copa frondosa, pelos próprios moradores, plantio promovido pelo poder público junto às escolas.

PERTENCIMENTO	Conforto	Espaços para sentar confortáveis; implantação de banheiros/trocadores, para crianças e responsáveis; disponibilização de bebedouros acessíveis para as crianças e adultos.
	Cuidado com os espaços	Lixeiras atrativas; sinalização criativa sobre cuidados com os espaços, criada pelos estudantes do bairro.
	Ouvir as crianças	Espaço destinado para a criação, pelas crianças, de mapas intuitivos do bairro; espaço que estimule a criança a opinar, através de escrita ou desenho; creche no terreno destinado com “área institucional.”
ESPAÇOS CULTURAIS	Estimular manifestações artísticas	Espaços livres para ensaios e apresentações, com palco baixo e amplo, possivelmente, coberto; painéis disponíveis para manifestações de pintura e escrita, por qualquer indivíduo usuário da Orla; espaço de permanência e contemplação do mangue.

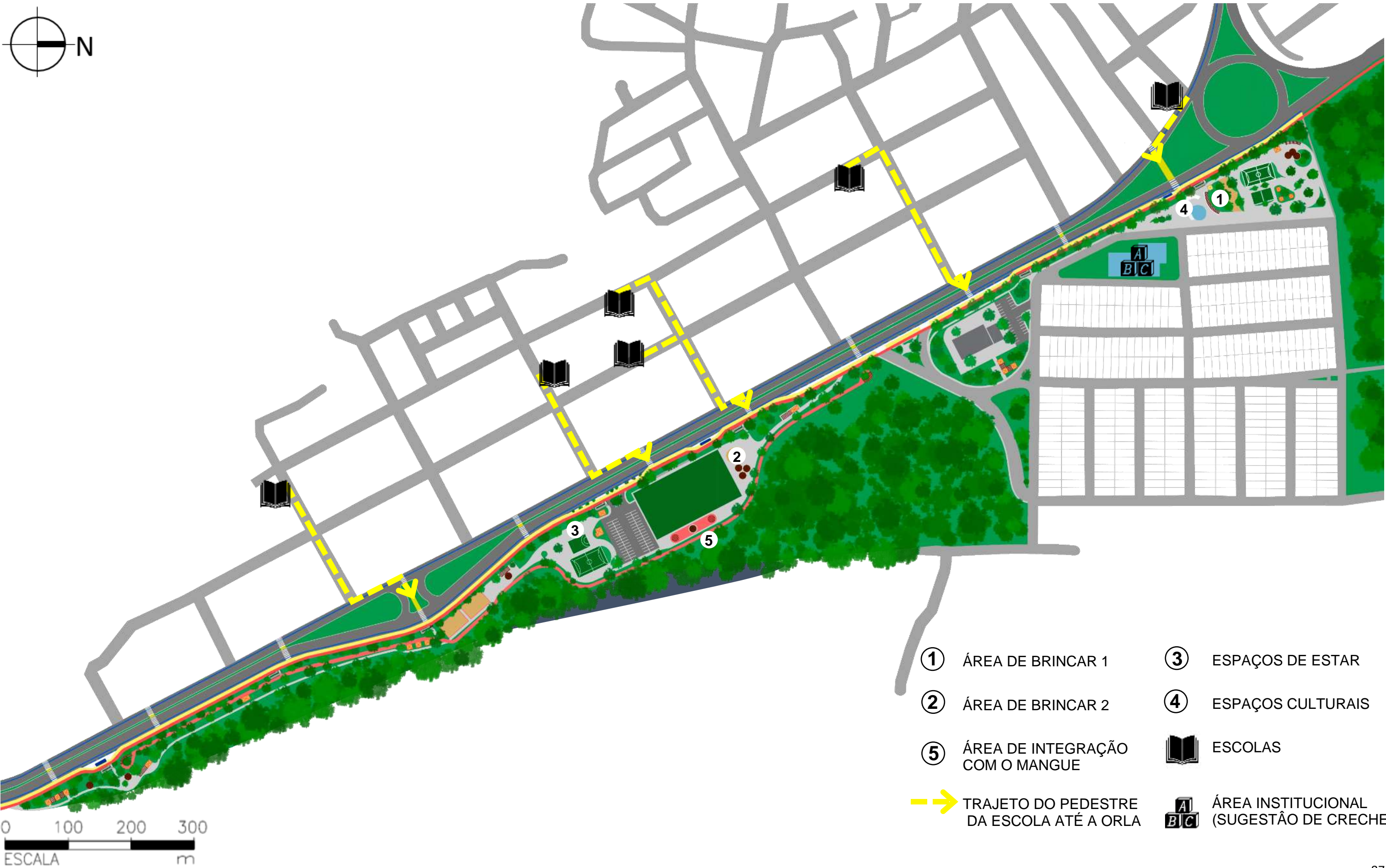
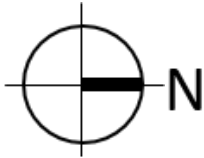


Figura 61: Projeto da Orla com alterações propostas: ampliação do número e localização das faixas de pedestre; ampliação e locação adequada da ciclovia; ampliação da calçada e destaque na cor; arborização dos espaços da orla.
Fonte: Autora (2020).



Figura 62: Simulação visual de adequações em aspectos de mobilidade na Orla do Porto Dantas. Fonte: Autora (2020).



Figura 63: Simulação visual de proposições em um dos espaços infantis (1), voltado para as brincadeiras que envolvem o desenvolvimento motor. Fonte: Autora (2020).



Figura 64: Simulação visual de proposições em um dos espaços infantis (2), voltado para as brincadeiras que envolvem o desenvolvimento cognitivo. Fonte: Autora (2020).



Figura 65: Simulação visual das proposições em um dos espaços da Orla (3) voltadas para o estímulo à permanência, tanto das crianças quanto de seus responsáveis. Fonte: Autora (2020).



Figura 66: Simulação das proposições físicas voltadas para a promoção atividades culturais (4). Fonte: Autora (2020).



Figura 67: Simulação da área de integração e contemplação do mangue (5). Fonte: Autora (2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação da criança com a cidade é importante tanto para um lado como para o outro. Do ponto de vista da infância, vivenciar o urbano é essencial para o seu pleno desenvolvimento, principalmente, no que diz respeito à sua formação cidadã. Consequentemente, do ponto de vista da cidade, é essencial contar com agentes ativos da sua construção e manutenção que tenham tido a oportunidade de vivenciar e contribuir positivamente sobre seus espaços.

O que se pode concluir, é que não é preciso muito mais do que garantir a aplicação na prática dos direitos assegurados à criança através do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como das diretrizes de planejamento urbano, estabelecidas nas normas técnicas nacionais vigentes, para estimular a ampliação do acesso aos espaços públicos pela faixa etária da infância.

Planejar cidades feitas pelas e para as crianças é, além de garantir creches, escolas e atendimento à saúde públicos, planejar espaços para pedestres, com segurança em travessias de vias, no uso das calçadas e ciclovias. É também pensar em áreas públicas de lazer seguras e atrativas, que ofereçam conforto ambiental e equipamentos que estimulem a permanência e o uso constante pela população no geral, já que a criança quase sempre está acompanhada por um adulto, os espaços públicos devem atender a todos ao mesmo tempo. Além de estar em constante construção e manutenção para acompanhar as mudanças da cidade e não acabar, novamente, caindo no conceito do “espaço de ninguém para ninguém”.

Espaços públicos, como a Orla do Porto D’antas, podem ser importantes instrumentos no estreitamento das relações entre a criança e a cidade quando pensados de maneira a englobar essa faixa etária, o que não ocorre na maioria dos projetos urbanos das cidades brasileiras. Considerando que a orla é o único espaço público próximo da área residencial do bairro, sendo assim, o mais acessível às crianças diariamente, se fez importante analisar as possibilidades de promover uma maior ocupação dessa área.

Com o exemplo da orla buscou-se mostrar que não é suficiente simplesmente colocar alguns brinquedos, iguais a todos os outros já usados e de usos engessados, em praças para garantir que a criança se sinta incluída no ambiente urbano. Garantir o brincar nos espaços públicos, direito previsto pela lei, é garantir, também, a segurança nas ruas e calçadas, o conforto ambiental nos espaços de permanência, equipamentos públicos que estimulem o estar e a sensação de pertencimento e cuidado com a cidade e o incentivo à expressão da infância na escola, na creche, nas ruas, nas praças e, consequentemente, na construção de cidades mais democráticas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACAJU. Lei nº 42 de 06 de outubro de 2000. *Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e dá outras providências*. Aracaju, SE. Diário Oficial do Município de Aracaju. 2000.

ARACAJU. Plano Diretor de Mobilidade de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju. 2015. Disponível em: < <http://www.smttaju.com.br/mobilidade-urbana/PLANO-DIRETOR-DE-MOBILIDADE.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível: < <https://www.abntcatalogo.com.br> >. Acesso em: nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 16071: Coletânea Eletrônica de Normas Técnicas - Playground*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível: < <https://www.abntcatalogo.com.br> >. Acesso em: dez. 2020.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Paris: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMTEMPO, Edda. *Brinquedo e educação: na escola e no lar*. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 3, n. 1, p. 61-69, 1999. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/pee/v3n1/v3n1a07.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria Executiva. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. *Manual de projeto geométrico de travessias urbanas*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/740_manual_projetos_geometricos_travessias_urbanas.pdf > Acesso em: 9 nov. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997. *Institui o Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm >. Acesso em: 13 set. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. *Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)*. Disponível em: < <http://www.datasus.gov.br> >. Acesso em 22 de setembro de 2020.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e Cultura. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARPEGIANI, Fernanda. *CriaCidade: transformar o espaço público pelo olhar da criança*. 2015. Disponível em: < <https://formiga.me/criacidade-transformar-o-espaco-publico-pelo-olhar-da-crianca/> >. Acesso em: 20 jul. 2019.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. *Assembleia Geral da ONU, 1989*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencaosobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

CORTELLA, Mario Sergio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Marina; FERREIRA, Bruna. *Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea*. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., V. 17, N. 3, Recife, 2015. Disponível em: < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5150> >. Acesso em: 20 set. 2018.

EDNIR, Madza; KOURY, Mariana; RIBEIRO, Raquel. *Crianças e seus Caminhos*. CECIP, Rio de Janeiro, 2017.

ERÊ LAB. *Catálogo de Produtos*. São Paulo, 2020. Disponível em: < <http://erelab.com.br> >. Acesso em: 5 maio 2020.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *O que é pedagogia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª ed., 2006 (Coleção primeiros passos; 193).

Inspire-se - Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério. Disponível em: < <http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/> >. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KYTTÄ, Marketta. *Children's independent mobility in urban, small town, and rural environments*. In: CAMSTRA (Org.). *Growing up in a changing urban landscape*. Assen: Van Gorcum, 1997.

Meu Pé de Calçada Lima: "Intimizações entre a Criança e o Bairro". 2019. Disponível em: < <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf?id=217> >. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOURA, Rodrigo et al. *O Glicério por suas crianças*. São Paulo: CriaCidade, 2015. Disponível: < <https://issuu.com/portalaprendiz/docs> >. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

NETO, Carlos; MALHO, Maria João. *Espaço urbano e independência de mobilidade na infância*. Boletim do IAC, Lisboa, n. 73, separata n. 11, 2004. Disponível em: < <http://www.fmh.utl.pt/Cmotricidade/dm/textoscn/espacourbano.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2019.

OLIVEIRA, Claudia Maria Arnhold Simões de. *O ambiente urbano e a formação da criança*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Gabriela Bastos. *Diretrizes arquitetônicas para ambientes de socialização da população infantojuvenil em situação de vulnerabilidade social*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107259/320029.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 18 dez. 2019.

ONG Espacio Lúdico. *1er Encuentro de Innovación Urbana Ciudadana Placemaking* Valparaíso, 2017.

PIVETTA, Kathia F. L.; SILVA FILHO, Demóstenes F. da. *Arborização Urbana - Boletim Acadêmico*. Série Arborização Urbana, UNESP/FCAV/FUNEP Jaboticabal, São Paulo, 2002. Disponível em: < http://www.uesb.br/flower/alunos/pdfs/arborizacao_urbana%20Khatia.pdf >. Acesso em: 15 set. 2020.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos, São Paulo, 1988.

SAFE KIDS BRASIL. *Guia do Programa CRIANÇA SEGURA Pedestre*. 2017. Disponível em: < <https://criancasegura.org.br> >. Acesso em: 24 out. 2020.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE ARACAJU. *Plano Municipal De Arborização Urbana De Aracaju-SE*. Aracaju, 2014.

VILA NOVA, Flávio. *Cartilha de acessibilidade urbana: um caminho para todos*. 2ª ed, Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2014.